

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

JOSÉ MATEUS CORREIA SILVA

REVISTA JUDICIARIUM: ANÁLISE DE SUA MATERIALIDADE

**SÃO CRISTÓVÃO
2018**

JOSÉ MATEUS CORREIA SILVA

REVISTA JUDICIARIUM: ANÁLISE DE SUA MATERIALIDADE

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Sergipe para obtenção do grau de
bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Orientadora: Profa. Me. Glêyse Santos
Santana

**SÃO CRISTÓVÃO
2018**

S586r Silva, José Mateus Correia
Revista Judicarium : análise de sua Materialidade / José Mateus Correia Silva ; orientadora Profa. Me. Glêyse Santos Santana. – São Cristóvão, 2018.
71 f.: il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, São Cristóvão, 2018.

1. Materialidade. 2. Revista Judicarium. 3. Periódico. 4. Revista.

CDU: 141:34(051)

REVISTA JUDICIARIUM: ANÁLISE DE SUA MATERIALIDADE

JOSÉ MATEUS CORREIA SILVA

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Sergipe para
obtenção do grau de bacharel em
Biblioteconomia e Documentação.

Nota: _____

Data de apresentação:

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Me. Glêyse Santos Santana
(Orientador)**

**Profa. Me. Rosane Guedes da Silva (UFS)
(Membro convidado- Externo)**

**Prof. Dra. Martha Suzana Cabral Nunes
(Membro convidado- Interno)**

AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre! A Deus, pela oportunidade e graça de fechar mais um ciclo. À minha família, em especial à minha mãe, pela compreensão, estímulo e apoio de sempre. À minha esposa Janaina Cruz, pelo amor, incentivo e parceria contínuos. À minha orientadora Glêyse Santana, pela paciência, generosidade e instigação. Aos colegas da turma de 2014, em especial, a Fernanda Alves (Nina), a Marcélia Lima, a Verônica Barboza e a Derivaldo Lima pelas parcerias e apoio imprescindíveis. A todos os demais colegas que, direta e/ou indiretamente, contribuíram para a realização desta meta.

Às Bibliotecárias Edma Maria Sousa Evangelista Leite, Delvânia Rodrigues dos Santos Macedo, Sheila Rodrigues dos Santos Macedo e Alessandra dos Santos Araújo que, durante as disciplinas de estágio curricular, receberam a mim e aos colegas de coração aberto em suas instituições. Com uma equipe coesa, carinho, responsabilidade e lucidez profissional, fizeram com que aprendêssemos e gostássemos ainda mais da nossa profissão.

Aos mestres e doutores com carinho! Meu sentimento de gratidão a todos os professores do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Todos demonstram sintonia na transmissão do conhecimento para os discentes. Eles vão além: nunca vi tanta organização, cuidado e atenção para com o aluno num departamento só. Lembro que antes mesmo de as aulas começarem, enviei e-mail para a querida Doutora Valéria Aparecida Bari, que respondeu de pronto sanando-me as dúvidas e já me dando as boas-vindas.

Há cursos por aí em que a resposta nunca vem, ou, se vem, chega com demasiado atraso. Portanto, a todos os professores do Departamento de Ciência da Informação da UFS, minha eterna gratidão por serem exemplo de competência, excelência e humanismo, e por exigirem de nós, alunos, o nosso melhor.

RESUMO

Esta pesquisa versa acerca da materialidade de 31 edições da Revista Judicarium no intervalo temporal de 1996 a 1998. Objetiva analisar a materialidade do referido periódico, apresentar um panorama acerca dos impressos, com destaque para a variedade revista. Trata-se de pesquisa documental, pois utiliza o periódico enquanto fonte e bibliográfica constituído a partir de obras acerca da história da imprensa, materialidade e publicações institucionais. Concluiu-se que as edições analisadas da Revista Judicarium mantiveram o equilíbrio estético entre conteúdo do texto e diagramação das páginas. A organização harmoniosa entre estes e outros elementos - fotografias, manchetes, títulos, fios-data, traços, espaços em branco, tabelas, fontes, tamanhos de fonte etc. - contribuíram para a harmonização e legibilidade das páginas e para a consolidação do periódico ao longo do referido recorte temporal.

Palavras-chave: Materialidade. Análise de materialidade. Revista Judicarium. Periódico.

ABSTRACT

This research deals with the materiality of 31 editions of the Judiciarium Magazine in the period from 1996 to 1998. It aims to analyze the materiality of this journal, present a panorama about printed matter, especially the magazine variety. It is a documentary research, used in periodicals and bibliographical sources constituted from works on the history of the press, materiality and institutional publications. It was concluded that the analyzed editions of Magazine Judiciarium maintained the aesthetic balance between text content and page layout. The harmonious organization between these and other elements - photographs, headlines, titles, yarn-date, dashes, blanks, tables, fonts, font sizes etc. - contributed to the harmonization and legibility of the pages and to the consolidation of the periodical throughout the mentioned temporal cut.

Keywords: Materiality. Materiality analysis. Judiciarium Magazine. Newspaper.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS PERIÓDICOS.....	16
2.1	A materialidade do Impresso.....	26
2.2	Materialidade do documento: fonte de informação e de conhecimento.....	34
3	METODOLOGIA.....	37
4	ANÁLISE DA MATERIALIDADE DA REVISTA JUDICIARIUM.....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	65
	APÊNDICE.....	68

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Desembargadora Clara Leite de Rezende.....	38
Figura 2	Capa da 1ª edição do periódico Judiciarium.....	41
Figura 3	Página dois não possui imagens.....	42
Figura 4	Nem tudo era artigo ou matéria jurídicos.....	44
Figura 5	Mais homenagens ao desembargador que se aposentou.....	46
Figura 6	Chamadas e mais ilustrações.....	48
Figura 7	Novas editorias e ilustrações são criadas.....	49
Figura 8	Cada edição passa a trazer uma entrevista.....	50
Figura 9	Ícones reformulados e fotografias mais frequentes.....	51
Figura 10	Por meio de texto e fotos, o servidor passa a ser retratado no periódico.....	52
Figura 11	Ícone e fontes renovados.....	53
Figura 12	Foto de arquivo do TJSE e nova editoria.....	54
Figura 13	Fotos coloridas a partir da edição nº 10.....	55
Figura 14	Impressão colorida melhora a estética do periódico.....	56
Figura 15	Efeito metalizado na logomarca dá mais sofisticação à publicação.....	57
Figura 16	Carta do Leitor e serviços disponíveis para o público.....	58
Figura 17	Capa da Judiciarium em formato experimental de revista	59

LISTA DE SIGLAS

DCI	Departamento de Ciência da Informação
ISSN	International Standard Serial Number
TJSE	Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
UFS	Universidade Federal de Sergipe

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa acerca da Revista *Judiciarium*, publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) no intervalo temporal de 1996-1998, tendo como foco a materialidade desse periódico institucional. Em outras palavras, é um estudo acerca do suporte de informação. O recorte temporal se justifica em virtude de ser um momento de transição do periódico que abandona a modalidade jornal e torna-se uma revista com imagens coloridas e maior conteúdo veiculado. Contudo, devido ao significativo número de edições e levando-se em conta o tempo exíguo para realização dessa pesquisa, optou-se por proceder a um recorte de suas primeiras trinta e uma (31) edições.

O estudo de periódicos, em especial, o de revistas, constitui-se importante eixo de pesquisa no Brasil desde a década de 1970, em diversas áreas do conhecimento. Isto porque, os periódicos com seu conteúdo focado no cotidiano da comunidade leitora de sua época, retratam muito dos costumes, intensões e práticas sociais de uma determinada comunidade ou população, além de se constituírem fonte e objeto de investigação científica.

Na área da Ciência da Informação, muitos são os estudos acerca dos periódicos. Nessa vertente, há variados caminhos. Aqui se explicitará dois deles. O primeiro refere-se aos estudos bibliométricos que possibilitam quantificar informações e atividades a partir de dados quantitativos. O segundo caminho, com o qual se identifica este trabalho de pesquisa, se constitui também ele, em diversas possibilidades. Sobre isso, Ilsa Goulart (2014), em artigo publicado na Revista Digital de Ciência da Informação, explicita que relativo à materialidade, os estudos de impressos versam, sobretudo, acerca de alguns eixos, a saber:

[...] 1) os sujeitos que atuam em sua produção, divulgação e circulação – autores, editores, livreiros; 2) os projetos editoriais que assumem, ao longo do tempo, em diferentes edições de luxo ou em brochuras populares, formatos, tamanhos e disposições tipográficas e textuais diversas, de acordo com o público que pretende alcançar; 3) os gêneros discursivos que emergem e desaparecem com o tempo e 4) seus leitores, para os quais são criados e imaginados e que experienciam, com esse objeto, práticas e representações distintas, em culturas e tempos também diversos (GOULART, 2014, p.4).

Dessa maneira, é a partir do levantamento de edições antigas de periódicos que se pode conhecer como eram as condições materiais e de produção

existentes, mas, por outro lado, também a forma como circulavam as informações e como se davam as representações visuais como padrão de consumo cultural (POÇAS, 2009).

Assim, os periódicos, para além de fonte de informação, passaram a ser estudados como fontes de pesquisa. Muito se deve aos esforços da escola historiográfica dos *Annales* (1929), e da noção de ampliação das fontes documentais defendida por Paul Otlet (1934). Devido a eles, deu-se uma mudança da concepção de documento.

Desde o século XV que a relação do homem com a informação vai se modificando a passos largos. Teóricos afirmam que as inúmeras transformações pelas quais o mundo passou no último século modificaram mais as suas configurações, processos e estruturas do que em qualquer outra época da história humana (DRUCKER, 1999). Esses autores revelam que esse cenário propiciou o surgimento de uma sociedade na qual a informação possui caráter estratégico e exerce um papel preponderante sobre a vida dos indivíduos e a dinâmica das organizações.

Vale ressaltar que, mesmo antes do desenvolvimento da imprensa pelo alemão Johannes Gutenberg, na primeira metade do século XV, ou da sua reinvenção¹, como afirmam alguns estudiosos, a produção e a circulação da informação tinha por objetivo comunicar algo a alguém ou a grupos de pessoas, e com um propósito: informar, educar, convencer, relatar, divulgar, controlar, gerar conhecimento etc. (CHARTIER, 2006; LYONS, 2011).

Depois da invenção da imprensa, em 1439, a impressão gráfica não só facilitou o acúmulo de conhecimento, mas também impulsionou o surgimento e/ou a difusão de outros materiais impressos, como folhetos, cartazes, livros, panfletos e jornais. A partir desse marco, Briggs & Burke (2006), afirmam que os materiais impressos se tornaram muito importantes na vida diária das pessoas pela penetração que tiveram na sociedade. Para se ter uma ideia desse impacto, eles revelam que cerca de 15 milhões de jornais foram vendidos em 1792 só na Grã-Bretanha. Na França, houve uma explosão de novas publicações, com pelo menos 250 jornais fundados nos últimos seis meses de 1789 (ano da Revolução Francesa).

¹ Antes, por volta de 1040, chineses já utilizavam a prensa de impressão em bloco In: JUANNES GUTENBERG. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Gutenberg. Acesso em: 28 fev. 2017.

E o jornal diário, semanal ou bissetmanal era complementado por publicações mensais ou trimestrais, chamadas posteriormente de periódicos ou revistas. Dessa maneira, uma forma de impresso anunciava e reforçava a outra.

As revistas surgiram nessa linha de raciocínio, ou seja, de utilizar a informação com o objetivo de convencer, educar, esclarecer e informar. A primeira referência de que se tem notícia remonta à Alemanha de 1663. Esse tipo de publicação estava destinado a públicos específicos e tinha a missão de aprofundar os assuntos, “mais que os jornais e menos que os livros”, nas palavras de Scalzo (2004, p. 19). Ainda com aspecto físico de um livro, as revistas, no início, tratavam de um só tema, depois passaram a ser pluritemáticas, trazendo um pouco de tudo, como notícias curtas, literatura, anedotas, poesias, orientação de costumes etc., sempre pensando na informação que o público-alvo gostaria de consumir.

Vários assuntos eram apresentados de forma leve e agradável. Tornou-se um estilo de impresso que deu certo e foi copiado e adaptado em países como França, Inglaterra e Estados Unidos nos séculos XVII, XVIII e XIX. “A revista ocupou assim, um espaço entre o livro e o jornal, complementando a educação e relacionando-se, a princípio, com a ciência e com a cultura” (SCALZO, 2004, p. 20-21).

Já no Brasil, Néelson Werneck Sodré (1966) e José Honório Rodrigues (1968) foram os precursores nos estudos dos periódicos como fontes de informação. A eles, outros pesquisadores se seguiram. Dessa forma, a imprensa tornou-se objeto de pesquisa. Para isso contribuíram as teses posteriores de Arnaldo Contier (1973), Vany Pacheco Borges (1979), Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980).

Contudo, a eles seguiram-se outros trabalhos que exploraram a materialidade dos impressos. Segundo Luca (2006), é preciso atenção quanto a este aspecto, pois ele nada tem de natural. Expressa as condições técnicas vigentes em cada época e uma intencionalidade, a depender da função social do impresso enquanto fonte de informação.

No Brasil este tipo de periódico chegou somente há pouco mais de dois séculos, nas primeiras décadas do século XIX, depois da vinda e do estabelecimento da Corte portuguesa em 1808. Antes disso, Portugal proibia a imprensa em terras brasileiras (SCALZO, 2004).

A primeira revista brasileira, *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, datada de 1812, foi criada em Salvador, Bahia, e tinha como finalidade principal publicar sobre bons costumes e virtudes morais e sociais, novelas, fragmentos de história e artigos relacionados a estudos científicos. A segunda, *O Patriota*, em 1813, no Rio de Janeiro voltava-se para assuntos políticos e econômicos. E assim foram surgindo e desaparecendo revistas por todo o país ao longo dos anos, com focos diferentes, mas com objetivos semelhantes: produzir informação e divulgá-la para seus públicos específicos (HALLEWELL, 2011).

Com isso, esses periódicos foram produzindo a memória de uma classe, de uma categoria, de um povo, de uma sociedade. Atualmente, se constitui uma fonte das mais consultadas e exploradas. Mas é preciso lembrar que cada periódico possui a sua materialidade, que longe de se constituir um arcabouço técnico, diz respeito ao tipo de informação e como se deseja comunicar o fato (SCALZO, 2004).

Dito isto, este projeto buscará trabalhar com a materialidade de um periódico sergipano que com reportagens premiadas nacionalmente e com vinte anos de existência, comemorados com a centésima edição em 2016, firmou-se como veículo de informação institucional no estado. Ele foi idealizado pela Desembargadora Clara Leite de Rezende (REVISTA JUDICIARIUM 100, 2016, p. 26), para quem a revista deveria ser veículo formador de uma consciência crítica nos colaboradores do Poder Judiciário sergipano frente aos objetivos da instituição. Um segundo aspecto também considerado foi ser o periódico um elo entre os servidores e a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, aproximando magistrados e servidores do referido poder (TJSE).

Observando-se os primeiros exemplares, constata-se que o periódico criado em 1996, possuía o formato de jornalzinho impresso em preto e branco, e era intitulado *Judiciarium*. As publicações iniciais eram distribuídas internamente e traziam matérias jornalísticas sobre o Poder Judiciário local, homenagens aos presidentes, relatórios de gestão, cursos realizados, entrevistas sobre a instituição, artigos jurídicos, campanhas, crônicas e poemas de servidores. Essas publicações também contavam com imagens e ilustrações feitas por um servidor da equipe que o produzia à época.

Em 1998, o periódico foi modificado em formato experimental de revista, mas foi em 1999, na edição nº 31, que ele passou materialmente à categoria de revista. Em 2016, a centésima edição trouxe 46 páginas impressas em papel

couchê, fotos coloridas, uma diagramação moderna, com seções bem divididas e conteúdo diversificado. Ainda a partir deste número, a revista passa a ser indexada ao *International Standard Serial Number* (ISSN), ou seja, ao Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas. A publicação é distribuída para todo o Brasil e é veiculada, desde a edição nº 92, também na internet, por meio de endereço eletrônico². As cem edições da *Judiciarium* guardam, em seus milhares de caracteres, um recorte da memória da justiça estadual sergipana como produtora de informação para seu público interno e também externo.

Nessas publicações, está sintetizada parte da história e da memória social e institucional de um dos poderes da sociedade democrática de direito, o Poder Judiciário. Aqui, a Revista *Judiciarium* é objeto de estudo no que tange aos aspectos de sua materialidade, e nesse aspecto será analisada nos seguintes elementos: ano, número da edição, valor monetário do exemplar, formato, número de páginas, primeira capa, segunda capa, terceira capa, quarta capa, diretor, editor, jornalista, redação e entrevista, projeto gráfico e design, fotógrafo, colaboradores, distribuidor, sumário, editorial, seções, temáticas, artigos assinados, artigos não assinados e autores.

A Biblioteca Central Gervásio Prata, do TJSE, mantém sob sua custódia, todas as edições da *Revista Judiciarium*, resguardando, assim, dentre outros aspectos passíveis de análise, o testemunho da finalidade principal para a qual foi criada a publicação:

[...] um veículo de comunicação entre os servidores e o Poder Judiciário, objetivando a formação de uma consciência crítica, capaz de fazê-los se desenvolverem dentro das finalidades da Instituição. À época, esse era o meio de comunicação mais utilizado para programas dessa natureza e a ideia encontrou muita aceitação (REVISTA JUDICIARIUM 100, 2016, p. 27).

Dessa forma, nessa linha de análise da materialidade dos periódicos, se insere esse projeto acerca de uma das revistas do Poder Judiciário em Sergipe. Tal projeto intitulado *Revista Judiciarium: análise de sua materialidade* se insere na linha de pesquisa Informação e Sociedade do curso de Biblioteconomia e

² <http://www.tjse.jus.br/agencia/publicacoes>.

Documentação do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O objetivo geral desse trabalho é como anteriormente dito, analisar a materialidade da Revista *Judiciarium*, publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no intervalo temporal de 1996-1998. Os objetivos específicos consistem em: apresentar um panorama acerca dos impressos, com destaque para a variedade revista; e apresentar aspectos considerados na análise da materialidade de um periódico.

Assim, diante do que foi visto, as questões de pesquisa são: como se apresentou em seu aspecto material a revista *Judiciarium* em suas 31 primeiras edições? Qual a relação entre os aspectos materiais e os objetivos da publicação?

Dito isto, este trabalho se justifica pela descrição do suporte da Revista *Judiciarium* criada pela Assessoria de Comunicação do TJSE. Não se fará aqui análise de conteúdo da revista, ainda que, ao se observar e ao se descrever seções, editoriais e outras subdivisões, seja inevitável citar o teor destas partes. Assim, o estudo ater-se-á aos aspectos referentes às suas especificidades físicas e imagéticas, a exemplo de formatação, distribuição de editoriais (forma escrita e gráfica visual) e material utilizados na composição do referido suporte.

O interesse por este tema está diretamente ligado ao fato de o pesquisador, além de servidor do TJSE há cerca de 15 anos, ser jornalista diplomado pela UFS no ano de 2002. Tais fatos, agregados aos conhecimentos adquiridos no Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS, propiciaram um maior interesse e conhecimento acerca do objeto de estudo escolhido.

Por fim, os estudos da materialidade da Revista *Judiciarium* permitem que se possa perceber os dispositivos que estruturaram o periódico durante o período estudado, atentando para a especificidade de cada uma das edições.

Dito isto, na próxima seção desse trabalho monográfico será apresentado o referencial teórico que dará base à análise acerca do objeto da pesquisa. Nele, será tratado o desenvolvimento da imprensa e dos periódicos com destaque para a revista, bem como acerca dos estudos da materialidade em periódicos.

2 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS PERIÓDICOS

O fato de Joannes Gutenberg não ter inventado, mas reinventado a imprensa no século XV, é uma história que desperta a curiosidade e ainda surpreende o leitor que se aprofunda no assunto. E essa surpresa não surge do nada, já que a técnica de imprimir com caracteres é muito mais antiga e remonta à Ásia e à época em que os chineses inventaram o papel lá pelos idos dos anos 105 da era cristã. Tudo começou de forma muito rudimentar e artesanal e foi se desenvolvendo a partir da contribuição de vários indivíduos em diferentes sociedades. Tosseri (2010) afirma que a invenção do papel impulsionou a produção de livros, ainda que de forma artesanal, e o registro do conhecimento. O autor revela que

Já existiam a gravura em pedra e a cópia manual. Surgiu, então, a xilografia, praticada principalmente na China e, depois, na Coreia e no Japão do século VII. Os orientais usavam uma prancha de madeira para gravar imagens e textos, que podiam ser reproduzidos por estampagem (TOSSERI, 2010).

Ainda em seu artigo, Tosseri (2010) afirma que a técnica continuou sendo aprimorada, mas com grande dificuldade. No século XI, os caracteres móveis eram feitos de terracota e não podiam ser reutilizados. Entre os anos de 1041 e 1048, os caracteres foram melhorados pelo ferreiro e alquimista chinês Bi Sheng, mas custavam caro. Só 200 anos depois, a Coreia, com incentivo público, disseminou os caracteres móveis metálicos, culminando com a publicação do primeiro livro impresso nesse padrão em 1377.

Com o passar dos anos, na Europa, Gutenberg aperfeiçoou o processo de impressão, passando a ser considerado o pai da tipografia moderna e não o inventor da imprensa. O alemão desenvolveu os caracteres móveis de chumbo que podiam ser utilizados indefinidamente. Além disso, inventou também uma nova tinta de impressão e a prensa de imprimir, modificando sobremaneira as técnicas de impressão no mundo (TOSSERI, 2010).

Depois da contribuição de Gutenberg (prensa e tipos móveis), a reinvenção se espalhou para outros países, multiplicando também várias edições, em especial a de livros religiosos e de autores clássicos. Câmara (2009) revela que

havia mais de 200 tipografias só em Veneza. A Bíblia de Gutenberg deu trabalho, mas foi impressa em dois volumes entre 1455 e 1456.

A obra veio a lume em 1456, logo depois que João Fust tomou posse da oficina de Gutenberg. Este in-fólio de 641 folhas, em dois volumes, é o primeiro “fruto perfeito da tipografia”. Não traz data, procedência nem nome do impressor, mas ficou conhecida para sempre como a Bíblia de Gutenberg. Fust associou-se a Schoeffer, hábil calígrafo e gravador que aperfeiçoou o entalhe, a moldagem e a fundição de tipos, estampando nos livros as vinhetas e capitulares ainda desenhadas e coloridas à mão. A primeira obra publicada por esta parceria em 1457, o *Psalmorum Codex*, é graficamente muito superior às obras concluídas depois por Gutenberg. A imprensa disseminou-se com uma rapidez espantosa: em pouco tempo mais de 1.200 oficinas espalharam-se pela Europa, produzindo mais de 35.000 edições (CÂMARA, 2009, p. 2).

Melo (2005) afirma que, para melhor exercer a comunicação, o homem chegou ao alfabeto e desenvolveu a escrita. Segundo a autora, ambos são o suporte estável do processo comunicativo. Para ela, a evolução da comunicação partiu dos sons à discussão nos espaços públicos, passando para a imprensa escrita. Principalmente, com a produção de papel maleável, a partir do Século XV, o que facilitou a impressão de livros.

Porém, apenas em 1840 o papel passou a ser produzido de resina das árvores, reduzindo o problema da escassez de material para sua produção. O papel é fundamental para o início da produção de textos e da comunicação impressa, para romper com o estado de segredo de informações, antes controladas pelo Estado e pela Igreja. O espaço público gerou uma demanda pela troca de informações, intensificada cada vez mais pelo acesso da população à leitura e à escrita. A viabilização do papel foi o que permitiu uma outra descoberta, o tipógrafo. A produção da cultura foi acelerada pelo uso do papel e pela impressão em larga escala (MELO, 2005, p. 1).

Melo (2005) reforça ainda que até a Idade Média, as informações eram restritas e controladas, mas com o ciclo das navegações e a expansão da atividade comercial, a partir do século XIII, veio a troca de mercadorias e, conseqüentemente, a de informações. Para Thompson (1998, *apud* MELO, 2005, p. 2), os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos. E, como afirma Sousa (2003), aos poucos, a visão teocêntrica do mundo vai dando lugar ao antropocentrismo.

Com a produção de livros, que passam a ser fio condutor das ideias de grandes pensadores e intelectuais, novos conhecimentos passam a circular em sociedade. Depois dos livros, a imprensa ganha espaço.

Surgiram as primeiras impressões sobre a humanidade: as gazetas, com informações úteis sobre atualidade; os pasquins, folhetos com notícias sobre desgraças alheias; e os libelos, folhas de caráter opinativo. A combinação desses três tipos de impressos resultou, no século XVII, no jornalismo. O papel da imprensa periódica, na emergência da esfera pública, revestiu-se de importância especial. O aparecimento dos jornais no final do século XVII e princípios do século XVIII fomentou um novo espaço público para o debate. De início, esses jornais eram dedicados a assuntos literários e culturais, mas a temática foi se alargando para questões de interesse social e político. Gerou-se uma demanda por essas informações, pois o público queria entender e participar do processo decisório das instâncias de poder. Nesse novo espaço público, a sociedade começou a obrigar o poder a justificar-se perante a opinião pública (MELO, 2005, p. 3).

Melo (2005) destaca, o sucesso da imprensa devido ao aperfeiçoamento contínuo das técnicas de tipografia, à diminuição dos custos e ao aumento das tiragens. Toda esta movimentação estimulou a leitura e a instrução, pois muitos se alfabetizaram por conta dessa nova realidade, despertando assim o gosto pela leitura. E a razão para estas mudanças sociais foi o aumento da circulação de livros, revistas e jornais, além da curiosidade e da vontade de adquirir conhecimento sobre assuntos do mundo em geral. Regulares ou não, os impressos eram comercializados nas ruas como uma grande fonte de informação sobre os acontecimentos da época.

As notícias passaram a ter mais confiabilidade nas primeiras duas décadas do século XVII, quando surgiram também, jornais mais modernos, com inovações e maior regularidade. A industrialização foi outro fator que contribuiu para o progresso do jornalismo, já que a mecanização tornou o processo de impressão mais rápido, mais barato e mais dinâmico, motivando o aumento do público leitor (MELO, 2005).

Melo (2005) revela ainda que, já no século XIX, nos Estados Unidos, o progresso da imprensa possibilitou a popularização do jornal sensacionalista, expondo na primeira página imagens e notícias de caráter extremamente violento. Surgiu, em seguida, o jornal tabloide, produzido com a metade do tamanho do jornal padrão e com menor número de páginas.

Em seguida, na Europa, a imprensa incluiu assuntos variados (esportes, entretenimento, manchetes de primeira página) com a intenção de atender a um público maior. Os vários veículos de comunicação se manifestaram em várias tendências, estilos e orientações, identificando jornais de esquerda, de centro e de direita, além de jornais religiosos e monarquistas, de acordo com Melo (2005).

No Brasil, a imprensa só chegaria com, pelo menos 300 anos de atraso, por conta da censura imposta pela corte portuguesa. Por aqui, o aparecimento da universidade e da imprensa esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Ao contrário, foi sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração. O livro, por exemplo, era tido como instrumento herético e só era objeto natural nas mãos dos religiosos, era algo peculiar a seu ofício. Um outro exemplo dessa censura, desse controle 'real', é que as bibliotecas só existiam nos mosteiros (SODRÉ, 2007).

Ainda segundo Sodré (2007), o primeiro periódico brasileiro, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, foi publicado em 1808. Considerado “um pobre papel impresso”, é assim descrito:

[...] preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4º, poucas vezes mais, semanal de início, tri-semester, depois [...]. Dirigia esse arremedo de jornal frei Tibúrcio José da Rocha [...]. Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que haviam criado. Armitage situou bem o que era a gazeta do Rio de Janeiro: “Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes e panegíricos³ da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume” (ARMITAGE, 1994, *apud* SODRÉ, 2007, p.12).

Postura diferente possuía o *Correio Brasiliense*, também lançado em 1808, por Hipólito da Costa, em Londres. Sodré explica que muitos exilados fizeram jornais fora de seus países de origem como forma de participar das lutas internas e de evitar a censura e posterior perseguição por parte da inquisição portuguesa. O *Correio* tinha um cunho doutrinário combativo e levantava, dentre outras, as

³ Discurso de exaltação feito publicamente em louvor de alguém ou de uma entidade abstrata. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/panegirico/>. Acesso em 26 mar. 2017.

bandeiras do abolicionismo e da crítica ao governo português. Quanto a eles expõe Saldanha (2014, p. 1):

A ironia da história é que, nem o Correio Braziliense é propriamente brasileiro e nem a Gazeta do Rio de Janeiro é propriamente imprensa. O Correio Braziliense foi fundado em Londres, e ali editado durante todos os 14 anos de sua existência, pelo brasileiro exilado Hipólito da Costa, que fazia praticamente sozinho uma publicação de até 150 páginas. Através desse veículo, remetido clandestinamente para o Brasil, Hipólito defendia idéias [sic] liberais como o fim da escravidão, dando ampla cobertura à Revolução Pernambucana de 1817 e aos acontecimentos de 1821 e de 1822 que originaram a Independência do Brasil. Para fazer oposição a este periódico, a coroa portuguesa, ainda no Rio de Janeiro, patrocinou o Investigador Portuguez, em Londres, com a intenção de enfraquecer as idéias propagadas pelo Correio Braziliense.

Com o tempo, outros periódicos foram surgindo pelo Brasil e ampliando as opções de leitura. Saldanha (2014), destaca que em maio de 1811, a província da Bahia passou também a produzir seu periódico, o *Idade D'Ouro do Brazil*, impresso na Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva. O *Farol Paulistano* – fundado em 7 de fevereiro de 1827 e de cunho liberal – foi o primeiro jornal impresso na então Província de São Paulo e tinha como editor José da Costa Carvalho. Na década de 1820, surgiram publicações como o *Diário do Governo do Ceará*, em abril de 1824, e, em setembro de 1832, o primeiro número de *O Natalense*, o primeiro jornal do Rio Grande do Norte. De acordo com Saldanha (2014), este periódico era impresso no Maranhão, Pernambuco ou Ceará, porque não havia prelo na província.

As revistas também tiveram lugar de destaque na história da imprensa no mundo. Foi na Alemanha de Gutenberg que a história das revistas teve início. Cerca de 200 anos antes, com a reinvenção da imprensa, a técnica do ‘pai da tipografia moderna’ foi usada até o século XX, sem grandes alterações, na impressão de jornais, livros e revistas. De acordo com matéria *online* publicada na *Revista Mundo Estranho* (2016), com os tipos móveis, panfletos esporádicos – que podiam, por exemplo, trazer relatos sobre uma batalha importante – passaram a ser publicados em intervalos cada vez mais regulares, tornando-se embriões das primeiras revistas dignas desse nome, ou seja, um meio-termo entre os jornais com notícias relativamente recentes e os livros. Além da *Erbauliche* alemã, outros títulos apareceram ainda no século 17, como a francesa *Le Mercure* (1672) e a inglesa *The Athenian Gazette* (1690). De um modo geral, esse tipo de periódico trazia um conteúdo com assuntos específicos e mais pareciam coletâneas de textos didáticos.

Mas a revista foi caindo no gosto da sociedade e foi evoluindo de acordo com os anseios da população. Já no início do século XIX, temas de interesses geral, entretenimento e questões da vida familiar passam a ser foco dos textos.

As publicações do século XIX atingiam circulação de 300 mil exemplares. Mas é a partir do século XX, com o avanço das técnicas de impressão e com os consequentes barateamento do papel e ampliação do uso da publicidade como forma de bancar os custos de produção, observou-se uma explosão de revistas em todo o mundo, cada vez mais segmentadas e destinadas a públicos com interesses específicos. A *Revista Mundo Estranho* (2016) elenca algumas delas:

- 1663 – *ERBAULICHE MONATHS-UNTERREDUNGEN* -Criada por um teólogo e poeta chamado Johann Rist, da cidade de Hamburgo, na Alemanha, essa foi a primeira revista de que se tem notícia. As “Edificantes Discussões Mensais” foram publicadas até 1668.
- 1693 – *LADIE’S MERCURY* - O jornalista inglês John Dunton foi responsável por essa pioneira revista feminina, um segmento que faria grande sucesso. Três anos antes de lançá-la, Dunton havia editado a *Athenian Gazette*, destinada a responder “todas as questões curiosas” – seria uma *Mundo Estranho* da época? A *Athenian* deu experiência a Dunton para preparar uma publicação dedicada ao “belo sexo”.
- 1842 – *THE ILLUSTRATED LONDON NEWS* - O inglês Herbert Ingram acreditava que revistas ilustradas seriam um sucesso comercial. Sua publicação semanal *The Illustrated London News* provou que ele estava certo. Ela foi a primeira revista a utilizar gravuras para acompanhar o texto dos artigos. A inovação inspirou outras revistas ilustradas na época.
- 1888 – *NATIONAL GEOGRAPHIC* - Publicada até hoje, é uma das revistas científicas mais importantes do mundo, financiando expedições e explorações. Foi uma das primeiras a publicar fotos coloridas, além de ser pioneira em vários tipos de imagens, como do fundo do mar, do espaço e de animais selvagens.

- 1928 – *O CRUZEIRO* - Uma das revistas mais importantes do Brasil. Foi fundada pelo jornalista Assis Chateaubriand. O primeiro número da Cruzeiro – ainda sem o “O” – teve tiragem de 50 mil exemplares, trazendo contos e, principalmente, grandes reportagens, ilustradas com desenhos e fotografias.
- 1731 – *THE GENTLEMAN’S MAGAZINE* - Publicada na Inglaterra por Edward Cave, é considerada a primeira revista moderna. A maior parte de suas páginas era dedicada ao entretenimento, incluindo ensaios, textos de ficção e poemas. Mas havia ainda comentários políticos e críticas. Foi a primeira vez que a palavra magazine foi usada para esse tipo de publicação.
- 1892 – *VOGUE* - Inicialmente, essa revista americana, fundada por um editor aristocrata chamado Arthur Turnure, era dedicada aos luxos e prazeres da vida, além das reportagens sobre moda, é claro. O público alvo da Vogue era a rica elite da cidade de Nova York do final do século 19. Sua reputação como bíblia da moda se mantém até hoje.
- 1936 – *LIFE MAGAZINE* - Fundada pelo editor americano Henry Luce, ela foi a revista mais importante e influente da história do fotojornalismo. Para se ter uma idéia, sua primeira edição tinha 96 fotografias de página inteira. A publicação deixou de circular semanalmente em 1972.
- 1855 – *LESLIE’S WEEKLY* - Foi uma das primeiras revistas americanas a utilizar ilustrações. Na segunda metade do século 19, tinha uma circulação média de 100 mil exemplares. Entretanto, esse número triplicava de acordo com o assunto tratado na edição. Durante a Guerra Civil Americana (1861-1865), a publicação inovou, mandando 12 correspondentes para cobrir o conflito.
- 1925 – *THE NEW YORKER* - Fundada pelo editor americano Harold Ross, ficou famosa pelo humor e pela qualidade dos textos literários. Ela começou

tratando da vida cultural e social de Nova York, mas logo abriu espaço para críticas, textos de ficção e reportagens. Entre seus colaboradores estão grandes escritores do século 20, como Dorothy Parker e J.D. Salinger.

Aqui no Brasil, a primeira revista surgiu em Salvador em 1812. As *Variedades ou Ensaios de Literatura*, a exemplo das revistas vanguardistas, mais parecidas com um livro e trabalhava, em seu conteúdo, temas eruditos. Defendia o absolutismo monárquico e foi apresentada, no seu nascedouro, como folheto, o que também gerou polêmica:

Quem chamaria aquilo de revista? Nem mesmo seu editor, o tipógrafo e livreiro português Manoel Antonio da Silva Serva: ao colocá-la a [sic] venda, em Salvador, no mês de janeiro de 1812, Silva Serva apresentou As *Variedades ou Ensaios de Literatura* como “folheto” – embora o termo – [sic] “revista” já existisse desde 1704, quando Daniel Defoe, o autor de Robinson Crusoe, lançou em Londres *A Weekly Review of the Affairs of France*. Saíram só dois números, mas foi o que bastou para fazer de As *Variedades* a primeira revista brasileira – ainda que o rótulo só viesse a ser adotado em 1828, ano em que surgiu no Rio a Revista Semanária dos Trabalhadores Legislativos da Câmara dos Senhores Deputados (WERNECK *et al.*, 2000, p.16, *apud* MOURA, 2011, p. 3).

A segunda revista brasileira nasceu em 1813, no Rio de Janeiro. O *Patriota* tinha a colaboração da elite intelectual da época e divulgava autores e temas da terra. Além disso, focava na arte das belas letras e também em temas jurídicos. Scalzo (2004) revela que, em 1822, também na cidade carioca, outra revista abriu espaço para engenheiros, cientistas, médicos, militares e outros profissionais: a *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*. Alguns anos mais tarde, em 1839, nasce a *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, incentivando discussões culturais e científicas. É considerada a revista mais antiga ainda em circulação no Brasil.

Luca (2005) afirma que esse modelo de publicação, no Brasil, teve início com a publicação, no ano de 1900, da *Revista da Semana*, de Álvaro Teffé, na cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa revista, ocorreu o que ela caracteriza como os tempos eufóricos deste modelo de impresso que se destacava pela:

[...] apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reserva amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos,

moda e regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura para crianças, tais publicações forneciam um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades (LUCA, 2005, p. 121).

Também buscando difundir informações científicas, nasce a primeira publicação segmentada por tema no Brasil: *O Propagador das Ciências Médicas*, lançada em 1827 pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, com assuntos totalmente voltados aos médicos. No mesmo ano, foi criada aquela que seria a primeira revista destinada ao público feminino brasileiro: *Espelho de Diamantino*, que trazia temas como literatura, artes, teatro, política, moda, crônicas e anedotas, todos escritos de forma simples e didática para servir ao gosto das brasileiras (BAPTISTA; ABREU, 2010).

De acordo com estas autoras, um outro tipo de publicação que se destacou entre o final do século XIX e início do XX são as chamadas “galantes”, revistas totalmente voltadas para o público masculino que mesclavam política, sociedade, piadas, caricaturas, desenhos, contos e fotos eróticas. A publicação pioneira foi *O Rio Nu*, lançada em 1898. Depois, em 1922, é lançada *A Maçã*, mais bem elaborada.

Com a aceitação e o sucesso das publicações, muitos títulos foram surgindo Brasil afora. A maior liberdade em se trabalhar temas diferentes do noticiário diário, o qual era foco prioritário dos jornais, fez com que a revista se popularizasse e caísse no gosto da sociedade brasileira, sempre inovando e explorando cada vez mais a leitura mais leve, o formato e a imagem casada com o texto. Moura (2011) afirma que, graficamente, as primeiras revistas eram parecidas com os livros e os jornais da época, mas, com o passar do tempo, é que foram se modificando e passaram a incluir em suas páginas cultura, textos em colunas, ilustrações, fotografias, dentre outros temas.

Como exemplo, pode-se citar que, em 1865, a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o tema principal da *Revista Semana Illustrada*, um periódico criado pelo desenhista alemão radicado no Brasil Henrique Fleiüss. Moura (2011) destaca que a publicação inaugurou um novo estilo de reportagem:

Enquanto os jornais apenas transcreviam informações oficiais ou publicavam algumas cartas enviadas por correspondentes que se encontravam no campo de batalha, a revista em questão coligou-se a um grupo de oficiais que foram para o *front*. Esses personagens se tornaram os

mais novos repórteres do semanário, que passou a receber com efetiva periodicidade, informações e também fotografias. “Nascia ali com aqueles repórteres de última hora, um gênero jornalístico novo no Brasil: a fotorreportagem, sob a forma de textos curtos que acompanhavam a imagem” (WERNECK *et al.*, 2000, p. 44, *apud* MOURA, 2011, p. 3).

O autor reforça ainda que foi do final do século XIX à primeira década do século XX que ocorreu a inserção da fotografia nos jornais e revistas, promovendo a proliferação das revistas ilustradas. Inicialmente, tinham a charge como principal manifestação imagética, porém, na sequência, ganharam espaço como os principais veículos de difusão das imagens fotográficas. Dentre os periódicos que retratam este momento, estão: *Semana Ilustrada*, *Revista da Semana* (1900), *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon!* (1907), *Ilustração Brasileira* (1935), *Careta* (1908), *A Cigarra* (1914), *Paratodos* (1918), *O Cruzeiro* (1928), *Revista São Paulo* (1930), *Revista Diretrizes* (1938), *Revista Manchete* (1952), *Realidade* (1966), *Exame* (1967), *Revista Veja* (1968), *Isto É* (1976), *Carta Capital* (1994), *Época* (1998), dentre outras (WERNECK *et al.*, 2000, p. 60).

Baptista e Abreu (2010) relatam que um outro segmento de revista que fez bastante sucesso no território brasileiro foi a publicação de fotonovelas. Segundo as autoras, nas décadas de 1950 e 1960, nascem várias publicações de histórias de amor criadas sobre imagens fotográficas. A inspiração veio de revistas italianas que misturavam técnicas de cinema e quadrinhos.

Em 1952, *Capricho*, da Editora Abril S. A., chega a vender meio milhão de exemplares por quinzena. Em 1970, perdendo terreno para as teledramaturgias (telenovelas) encenadas na televisão, *Capricho* muda sua linha editorial e passa a ser voltada para o público adolescente permanecendo desta forma até o dia de hoje, posicionando-se no “recentemente” descoberto mercado editorial *teen*, destinado ao público adolescente. É, também, no final da década de 1950 e início de 1960 que aparecem no Brasil, as primeiras revistas de Histórias em Quadrinhos (HQ's) nacionais trazendo grandes destaques como o Pererê, de Ziraldo, e Mônica, Cebolinha e Cascão, de Maurício de Souza. É neste período, também, que as revistas se consagram como ótimos veículos de publicidade e propaganda e, acompanhando o crescimento industrial, passam a apresentar um novo conceito editorial: revistas vitrines. Em face disso, surgem veículos especialmente voltados para atender às necessidades de clientes específicos (BATISTA; ABREU, 2010, p.27).

A partir daí a segmentação editorial passa a nortear o mercado brasileiro. Surgem as revistas de moda, a exemplo de *Manequim* (1959) e *Claudia* (1961), buscando atingir o público feminino e por conta do crescimento da indústria têxtil nacional. Esse setor editorial também se subdividiu apresentando revistas com

modelos de vestidos de noivas, buffets e serviços especializados em eventos, como casamentos, festas de formatura, de quinze anos e, até mesmo, de batizados, *bar mitzva* e outros ritos religiosos (BAPTISTA; ABREU, 2010).

De acordo com as autoras, é a percepção mercadológica aplicada ao mercado editorial que subdivide os grupos, anteriormente separados por gênero (revistas masculinas e femininas) ou por idade (histórias em quadrinhos infantis ou fotonovelas), que faz surgir revistas especializadas como *Casa Cláudia*, antiga seção da *Revista Cláudia, Arquitetura e Construção*, também originária da mesma seção de *Cláudia*, mas com o propósito de apresentar soluções gráficas e projetos de edificações. Outro exemplo é a *Casa e Jardim*, voltada a um público interessado em plantas e suas características. *Claudia Cozinha* é outro exemplo dessa segmentação. Pode-se citar também as revistas *Quatro Rodas* (1960), a *Placar* (1970), a *Nova Cosmopolitan* (1973), a *Duas Rodas* (1974), dentre outras (BAPTISTA; ABREU, 2010).

Todas essas publicações têm um aspecto em comum: a preocupação com uma linguagem visual, um planejamento gráfico adequado ao público leitor. Além disso, o formato, o tipo de papel, a diagramação e o uso de imagens também devem ser previamente pensados para que a aceitação do público seja uma meta atingida. Igualmente, deve-se pensar no editorial, nas seções, na quantidade de páginas, nos títulos, na capa, na contracapa, na manchete, na equipe editorial, na composição texto/imagens, texto/infográficos, circulação, periodicidade, regularidade, enfim, deve-se pensar na materialidade da publicação. Em outras palavras, tão importante quanto o conteúdo dos textos são o suporte e os diferentes aspectos que caracterizam uma determinada publicação como objeto impresso. Ressalte-se que o estudo da materialidade ocorre de modo a compreender a composição e especificidades de uma determinada publicação impressa.

2.1 A materialidade do impresso

Fraga (2013) relata que o texto precisa estar abrigado em um suporte para que haja a materialidade. Assim sendo, texto, suporte, imagens e sua programação visual, entre outros aspectos, fazem parte de sua composição material.

Texto, suporte e leitura é [sic] o tripé de análise, segundo Chartier (1992), essencial para uma história da leitura e da escrita. Seus vértices se encontram unidos por laços de existência e dependência, porque o texto torna-se objeto pela sua materialização, ou seja, quando transposto a um suporte. Para o suporte existir, como veículo material do escrito, é necessário a presença do texto. Ambos são pensados e criados para serem manuseados, transportados, colecionados, vistos, ouvidos e lidos, enfim, sujeitos a várias utilizações, assim como a participação na construção de práticas culturais e seus significados (FRAGA, 2013, p. 71).

Por fazerem parte do cotidiano das pessoas, atualmente, as imagens, na maioria das vezes, são vistas como algo natural e despretensioso. Mas, os recursos visuais de um periódico impresso são bem pensados e podem induzir o leitor a interpretar o que está sendo lido (imagem e texto) de acordo com a linha editorial do veículo impresso. Bulawski destaca que:

Um estudo realizado por Lúcia Santaella (1998) sobre percepção, a autora observou que 75% da percepção humana é visual. A audição ficou com 20% e os demais sentidos (olfato, paladar e tato) com 5%, evidenciando, pois, o domínio da visão como elemento mediador das atividades do homem. Em um momento em que há uma gama de informações disponíveis, os periódicos impressos – jornais e revistas –, buscam, através de recursos visuais, explorar esse sentido predominante do ser humano, para valorizar a sua publicação. “Ao folhear página por página, a linguagem visual age mais rápida do que a escrita e é através disso que muitos produtos conseguem ‘vender’ o que esses veículos impressos estão oferecendo” (BULAWSKI, 2009, p. 14-15).

Para Santaella (2005), as páginas da mídia impressa são estruturadas tendo em vista um apelo estético obtido por meio de usos de cores, gráficos, fotografias e ilustrações, para, então, conquistar os leitores. Anteriormente, a página concebida com base no aproveitamento espacial, dispondo os textos de acordo com a importância dos fatos, passou a ser desenvolvida hoje de modo a ela mesma ser um elemento que represente a matéria, por meio de sua estrutura visual. O layout da página, em sua totalidade, atua no sentido de cativar o leitor. O planejamento gráfico envolve elementos estéticos e também confere à página uma funcionalidade. Não é à toa que a reforma gráfica nos jornais e revistas foi resultado de diversos fatores condicionados por questões econômicas, sociais e culturais, constituindo momentos singulares revelados pela história da imprensa (BULAWSKI, 2009).

Deve-se ter em vista, alerta Luca (2005), que a grande variação na aparência dos periódicos ao longo dos anos resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos. No que diz respeito ao primeiro aspecto, nas páginas dos exemplares,

inscreve-se a própria história da indústria gráfica, dos prelos simples, às velozes rotativas, até a impressão eletrônica. O mesmo poderia ser dito em relação ao percurso das imagens, que se insinua de forma tímida nos traços dos caricaturistas e desenhistas e chega a abarcar o espaço da escrita com a fotografia e a fotojornalismo. Páginas amareladas que também trazem as marcas do processo de trabalho que juntou máquinas, tintas, papel, texto e iconografia, fruto da paciente ordenação do paginador e da composição manual e caprichosa de cada linha do texto pelo tipógrafo, passando pelos ágeis operadores das linotipos e, agora, pelos meios digitais.

Investigar a materialidade de um periódico significa, também, analisar aspectos sociais envolvidos na criação e publicação desse mesmo veículo de comunicação. Luca (2005) cita que:

É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada tem de natural [grifo do autor]. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras. Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê [grifo do autor]. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos. A bibliografia sobre a História da imprensa tem insistido nas diferenças entre folhas, gazetas, pasquins e jornais da maior parte do século XIX, não raro produto de um único indivíduo que arcava com os custos envolvidos para se valer da palavra impressa como instrumento de combate, e os imperantes a partir das décadas iniciais do século XX, quando os proprietários das empresas jornalísticas abandonaram os métodos artesanais e, em consonância com os interesses ditados pelo lucro, passaram a administrar racionalmente o empreendimento, atentos à otimização dos recursos e à constante atualização da maquinaria e material tipográfico, essencial para uma atividade inserida no circuito capitalista (LUCA, 2005, p. 133).

No que diz respeito à materialidade, Dondis (2007) orienta a levantar questionamentos diante de uma publicação, a exemplo de: a revista é esteticamente agradável? É destinada a que classe social ou tipo de público? O que é mais valorizado no veículo/periódico, a imagem ou o texto? Qual é o tratamento dado às matérias e às reportagens, no que se refere ao texto e à imagem? Há coerência entre conteúdo e forma? De que forma a imagem se insere no contexto da revista? Possui teor informativo, complementa a mensagem ou apenas ocupa um lugar na página, sem maiores compromissos com as matérias e reportagens? As imagens

são bem produzidas? Possuem bom enquadramento, cortes adequados e bom gosto estético? O miolo da revista reproduz esteticamente as mesmas características da capa? Há coerência e unidade, entres ambos? Com relação às técnicas visuais de comunicação, como se expressa o veículo? Quais são as técnicas mais frequentemente utilizadas? De que forma a publicidade se insere no contexto da revista? Ela existe? Como é o uso da tipografia? Quantas fontes diferentes são utilizadas no projeto gráfico da revista? Há hierarquia entre títulos, subtítulos, textos, legendas, créditos etc.? (DONDIS, 2007).

Direcionando o olhar para o foco deste trabalho de conclusão de curso, pode-se dizer que esses são alguns questionamentos que podem e devem ser feitos durante análise do objeto de estudo em questão: a revista *Judiciarium* do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). Qual a finalidade do periódico? Quantas páginas tinha no início, em 1996, ano da primeira edição? Qual o tipo de papel era utilizado na impressão? Era em preto e branco? Passou a ser colorido? Havia fotografias, ilustrações, charges? Quais os temas abordados? Havia editorial? Quem o escrevia? Qual a equipe envolvida? A quem se destinava? Houve mudanças ao longo dos anos em seu aspecto físico? Mudou o formato? As seções? Como eram as capas? Que imagens compunham a capa da Revista *Judiciarium*?

Vale ressaltar que a referida publicação é um veículo de comunicação institucional e é produto de uma organização do primeiro setor, como esclarecem Sanchez e Santos (2011). Elas afirmam que uma organização pode ser compreendida como um sistema estrategicamente organizado para uma atividade previamente estabelecida. E vão mais além quando apresentam mais dois conceitos: o de Rego (1986, p. 14), que conceitua organização como uma unidade social direcionada à consecução de metas específicas e que estabelece um equilíbrio entre as partes que a formam; e o de Chiavenato (1982 *apud* Kunsch, 1986, p. 19), que considera organização como uma unidade social, na qual as pessoas interagem entre si para alcançar qualquer entendimento humano moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos.

Ainda de acordo com Sanchez e Santos (2011), há diferentes tipos de organização e elas estão divididas entre Primeiro Setor, Segundo Setor e Terceiro Setor. O estado e as instituições ligadas ao setor público, do qual faz parte o TJSE, caracterizam o Primeiro Setor. O Segundo Setor é composto pela livre iniciativa, que compreende as organizações com fins lucrativos, a exemplo de empresas privadas.

E o Terceiro Setor, por sua vez, é composto por organizações não governamentais, fundações, entidades beneficentes e empresas com responsabilidade social, que têm por objetivo promover ações voluntárias.

Em seu artigo *O desenvolvimento de uma revista institucional como estratégia de comunicação organizacional*, Sanches e Santos (2011) explicam que, diferentemente do conceito de massa, que pode ser considerada como um grupo de indivíduos desligados, anônimos e separados, a comunicação empresarial não atinge indivíduos isolados, mas grupos que podem ser compostos por todos os membros e setores da empresa – no caso deste estudo, do Poder Judiciário sergipano. Assim sendo, a comunicação organizacional atinge um determinado público, que é constituído por todos os membros do referido tribunal de justiça.

Sanchez e Santos (2011) ressaltam, ainda, que, ao contrário das publicações da grande imprensa ou de grande circulação, as informações, notícias, textos, enfim, são direcionados para um público específico, formado exclusivamente por desembargadores, juízes estaduais e demais servidores. Todos possuem anseios e necessidades informacionais específicos também. Como estes profissionais pertencem à mesma organização e por tratar-se de um grupo com características em comum, mas com opiniões e interesses diferentes.

E por falar em materialidade, Fraga (2013) afirma que o uso das ilustrações e fotografias, entendidas como elementos gráficos dispersos nos textos, tem por propósito o fornecimento de chaves decifradoras que indicam ao leitor a compreensão do texto, assim como intentam a cristalização da memória do que foi lido e, conseqüentemente, a uma determinada produção de significados a partir da leitura. De acordo com a autora, a imprensa periódica foi responsável por produzir, em diversos suportes, modalidades e práticas de escrita e de leitura. Ela cita Castillo Gómez (2001), que, por sua vez, relata que o século XIX caracteriza-se como o século dos leitores da imprensa periódica e de livros populares. Ainda segundo este autor, o leitor oitocentista era apressado e superficial, interessado em notícias mais recentes, por exemplo. A imprensa periódica e as leituras populares foram produzidas ao mesmo tempo em que ocorreu a expansão da escolarização e da alfabetização, o que gerou modificações na aprendizagem da leitura, assim como nos usos e práticas sociais da mesma (CASTILLO GÓMEZ, 2001, *apud* FRAGA, 2013).

A autora reforça que jornais e revistas se constituem em veículo de informação com características específicas. Já para Martins (2008), os jornais, em sua grande maioria, dedicam-se a noticiar conteúdos com teor político e de divulgação imediata. As revistas apresentam temas variados e com informações mais elaboradas. Neste caso, a revista tem o mérito de condensar numa só publicação, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos. Intermediando o jornal e o livro, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. E mais: seu custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distinguiu-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos (MARTINS, 2008, p. 40, *apud* FRAGA, 2013).

Tratando de aspectos referentes à materialidade de revistas impressas, Scalzo (2004) destaca que *design* em revista é comunicação, é informação, é arma para tornar a revista e as reportagens mais atrativas, mais fáceis de ler. Tanto quanto os jornalistas, os designers devem estar preocupados o tempo todo com a melhor maneira, e mais legível, de contar uma boa história.

A autora ressalta que uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a lê-la e a levá-la para casa. A capa deve ser o resumo irresistível de cada edição, um atrativo que desperte o deleite e a sedução para o leitor. Em qualquer situação, ela destaca que uma boa imagem será sempre importante, já que se trata do primeiro elemento que deve prender a atenção do leitor.

Outro detalhe que deve ter igual destaque é o logotipo da revista. Além de ter sido previamente pensado e elaborado com cuidado e precisão, ela resume em si a imagem do veículo de comunicação. Ela guarda em si a credibilidade que o leitor mantém (ou não) em relação ao periódico. Scalzo (2004) destaca ainda as chamadas da revista. Segundo ela, a chamada principal e a imagem da capa devem se complementar para passar uma imagem de coerência e coesão:

É bom observar que tanto quanto o logotipo, o estilo de capa deve ser uma espécie de “marca registrada” da publicação. No limite, podemos dizer que a revista que tem personalidade visual bem construída – desde a utilização de determinada tipografia ao padrão de diagramação – poderia arriscar a retirar seu logotipo da capa que, mesmo, assim, seria reconhecida por seus leitores (SCALZO, 2004, p. 64).

Segundo a mesma autora anteriormente citada, é o universo de valores e de interesses dos leitores que vai definir a tipologia, o corpo do texto, a entrelinha, a largura das colunas, as cores, o tipo de imagem e a forma como tudo isto será disposto na página. Por isso, explica ela, o projeto gráfico tem que estar inserido num projeto editorial mais amplo. E dá exemplos: o projeto de uma revista de turismo, por exemplo, certamente, vai se utilizar de mais fotografias, já uma publicação sobre ciência talvez prefira usar infográficos. Uma revista para pessoas mais velhas, idosas, vai escolher um corpo e uma entrelinha maior para facilitar a leitura, enquanto que uma revista para crianças terá, necessariamente, textos mais curtos. Quando designers, jornalistas e fotógrafos sentam-se juntos para editar uma reportagem, o resultado sempre é o melhor do que quando cada um deles tenta fazer o trabalho sozinho. Já foi muito comum a chamada “ditadura da arte” ou a “ditadura do texto”. Como o nome já faz supor, coisa boa não era (SCALZO, 2004, p. 67).

Todos os esforços, quando o assunto é comunicação organizacional, precisam estar em comunhão e devem ter como foco principal o alcance das metas da instituição. Sanchez e Santos (2011) escrevem que a notícia institucional se diferencia da publicidade institucional ao explorar não apenas os pontos positivos da empresa, mas também por influenciar no comportamento, nas preferências e nas atitudes de seus públicos.

Elas ainda esclarecem que, mais do que informar sobre as ações realizadas pelas organizações, a notícia institucional é uma estratégia de marketing para sobreviver no mercado competitivo. No caso do TJSE, pode-se falar em estratégia de marketing para se atingir as principais metas, dentre elas, a principal: a prestação jurisdicional mais célere. Rego (1986, p. 123, *apud* SANCHEZ; SANTOS, 2011) argumenta que a notícia empresarial integra os fluxos que sustentam o sistema de comunicação empresarial e que esses fluxos podem se dirigir tanto para as partes internas da organização como para o ambiente externo da organização. Assumem tanto a direção vertical (comunicação descendente/ascendente) como a direção horizontal (comunicação lateral). Sendo transportada pelos canais que servem àqueles fluxos, a notícia empresarial assume sua primeira natureza: a de mensagem socialmente significativa para a empresa e seus diversos públicos.

Para a comunicação interna, Rego (1986, p.126, *apud* SANCHEZ; SANTOS, 2011) explica que as publicações empresariais contribuem para a produção de comportamentos favoráveis e no campo externo, apresenta ao público uma imagem positiva da organização. No campo interno, as publicações abordam assuntos dos mais variados tipos, como divulgação de produtos, serviços, benefícios, segurança, higiene, assim como, matérias sobre beleza, culinária, esportes, moda, etc. As publicações externas também podem trabalhar com diferentes temas, como matérias de política institucional, ações realizadas em benefício da sociedade, de entretenimento, motivação, etc.

Ainda sobre comunicação institucional, deve-se observar que:

Por constituir-se em um sistema integrado e com objetivos previamente determinados, as organizações estabelecem diferentes relacionamentos e, conseqüentemente, diferentes níveis de comunicação. Níveis estes que precisam ser trabalhados de maneira clara e objetiva, com o intuito de gerar consenso no ambiente interno. Além disso, o foco é gerar também uma imagem e reputação positivas perante a sociedade e meios de comunicação.

É por meio do planejamento estratégico que serão estabelecidas as estratégias para uma comunicação eficaz entre os diferentes fluxos, tanto o interno quanto externo. Consolidar uma imagem e reputação positivas requer tempo e um trabalho de comunicação estruturado, com metas e objetivos previamente estabelecidos, e é novamente o planejamento estratégico, o responsável por determinar as ações a serem tomadas, minimizar custos e avaliar os impactos que essas decisões podem gerar no futuro.

Além de planejar ações, é essencial que o trabalho de uma Assessoria de Comunicação seja integrado, mas ao mesmo tempo, que as funções dos profissionais de cada área, quais sejam: Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade, sejam devidamente delimitadas, para com isso, evitar possíveis conflitos, que possam prejudicar o processo de comunicação (SANCHEZ; SANTOS, 2011).

Michel e Michel (2011) afirmam que uma revista, do ponto de vista da comunicação de massa, é uma publicação periódica de cunho informativo, jornalístico ou de entretenimento, geralmente voltada para o público em geral. Segundo autores da área do Jornalismo Empresarial, elas situam-se entre os jornais e os livros, pois não possuem a profundidade literária dos livros e nem a capacidade de informação dos jornais. Em geral, elas contêm artigos e outros gêneros jornalísticos, não muito longos, porém fartamente ilustrados. Já as revistas empresariais ou institucionais têm características similares, entretanto, atendem a necessidades específicas das organizações junto aos seus públicos interno e externo, trabalhando a partir do planejamento estratégico, buscando agregar valor à imagem e à marca institucional.

Complementam dizendo que a comunicação sempre foi um instrumento de integração, troca mútua e desenvolvimento entre as pessoas e as organizações sociais, mas na sociedade contemporânea torna-se cada vez mais necessária, exigindo segurança na transmissão de informações a todos os públicos internos e externos. A competitividade social e a pluralidade mercadológica, aliadas a uma sociedade de indivíduos cada vez mais exigentes, tornam o processo de comunicação cada vez mais complexo e exige a criação de novos instrumentos que, aliados às tecnologias contemporâneas, possam responder a esta demanda. E reforçam:

As publicações organizacionais se propõem a combater o desconhecimento a respeito da empresa e promover a integração entre os públicos ligados a ela, ao mesmo tempo que pretendem projetar a empresa para internamente assegurar a boa produtividade e externamente aumentar as vendas, e consequentemente, os lucros [*no caso do TJSE, ao se ler 'lucros ou lucro', leia-se metas estabelecidas no planejamento estratégico*]. Esse é o objetivo finalista, pois as empresas conseguem atingir muitos outros tipos de objetivos intermediários com suas publicações. Internamente por exemplo, as publicações fortalecem o espírito de solidariedade e promovem certos ideais (estímulo, companheirismo, ensinamentos, dedicação etc.). Externamente, as publicações projetam a boa imagem da empresa, mostrando a sua organização, seus produtos, sua qualidade suas técnicas. Tanto num caso, como em outro, as empresas usam as publicações como veículos de comunicação instrumental para a conquista do seu maior objetivo: o lucro (TORQUATO, 1986, p. 119, *apud* Michel; Michel, 2011, p. 5).

Diante do exposto, ressalte-se que este trabalho não se esgota em si e pode abrir margem para a continuidade desse estudo, para além da materialidade, com objetivo de mensurar a qualidade dos conteúdos difundidos, bem como auscultar a maneira como público-alvo da Judiciarium recebe e se comporta diante da informação recebida. Bueno (2009, p. 43, *apud* SANCHEZ; SANTOS, 2011) destaca a importância da pesquisa para mediar a eficácia dos produtos, das ações, das estratégias e dos possíveis aspectos críticos relacionados à imagem e ao relacionamento com o público. Tal intento se pretende desenvolver em trabalhos futuros.

2.2 Materialidade do documento: fonte de informação e de conhecimento

Le Coadic (2004) assevera que a informação é conhecimento registrado em forma escrita (impressa ou em ambiente digital), oral ou audiovisual, mas, desde que esteja materializada em um suporte. Para o autor, a informação comporta um elemento que faz sentido (para o leitor, para o ouvinte ou para o telespectador), do contrário, não passa de dado.

[Informação] é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. [...] o objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte, da estrutura (LE COADIC, 2004, p. 4-5).

Pode-se entender o suporte mencionado por Le Coadic como o documento no qual está impressa/gravada a informação. Meyriat (2016, p. 241) reforça esse entendimento quando afirma que o documento pode ser definido como um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar e que é durável, ou seja, a comunicação pode, assim, ser repetida.

Dessa forma, pode-se inferir que a informação materializada e salvaguardada (custodiada numa unidade de informação) pode ser acessada e analisada por qualquer pessoa que se interesse por ela. Para Frohmann (2008, *apud* LION; MIRANDA, 2015, p. 7), além do caráter público e social da informação, o seu conceito de materialidade é muito mais rico, porque muito do caráter público e social da informação depende da sua materialidade.

O autor [Frohmann] expressa que sem a atenção à materialidade, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem. O conceito de materialidade da informação consegue, pois, conciliar o conceito de informação com os estudos das práticas públicas, sociais e organizacionais, ou seja, é uma ponte que liga a informação às práticas nas esferas pública, organizacional e sociais. Tal conceito é importante quando se deseja investigar o que fazem os sistemas de informação que são materializações dos eventos cognitivos das mentes dos membros das equipes laborais (LION; MIRANDA, 2015, p. 7).

Buckland (1991, *apud* LION; MIRANDA, 2015, p. 8), enuncia a informação em três níveis: a informação como 'coisa', a informação como 'processo', e a informação como 'conhecimento'. Contribuindo para esta discussão, Ferreira e Almeida Júnior (2013) afirmam que a informação-como-coisa atribuída aos objetos é

materializada e, portanto, possui a qualidade de conhecimento comunicado, algo que informa, podendo ser materializada, por exemplo, nos documentos (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 160, *apud* LION; MIRANDA, 2015, p. 8).

A materialidade da informação, ou a coisificação da informação, é o momento em que ela sai do ambiente íntimo [sic] de significação e ressignificação do sujeito (sua mente) e, ganhando a liberdade que é própria do pensar, adentra em outras mentes para dar continuidade a esse ciclo infinito de construção de saberes, pois uma informação desprovida de sentido é meramente um dado, algo que existe no real, mas não o transforma. A materialidade da informação pode ser considerada, pois, como a manifestação do saber que é construído coletivamente (LION; MIRANDA, 2015, p. 11).

Lion e Miranda (2015, p. 11) aprofundam a questão assegurando que a informação adentra os seres sociais transformando-os e se transformando em conhecimento. Este ser social e humano, aliando habilidades e atitudes, produz competências, que podem ser pessoais ou organizacionais.

Voltando ao objeto de interesse de pesquisa, faz-se necessário ressaltar que o periódico Revista Judicarium é resultado de um trabalho em equipe, em específico, dos servidores do Setor de Relações Públicas do TJSE. Uma equipe formada por sua Diretora, Simone Paiva, pelo Editor Geral Carlos Augusto Fiel, pelo responsável pela Editoração Eletrônica, Antonio Campos, e pelo Revisor, Ilustrador e Poeta Ronaldson Sousa. Tais personagens são servidores efetivos e de cargos em comissão ligados diretamente ao Poder Judiciário de Sergipe

Este trabalho coletivo ainda contou com a contribuição de articulistas e de servidores da instituição, todos personagens produtores de significados e significantes que, ao comporem as edições, materializaram-se na Judicarium e se tornaram objeto desta investigação.

Isto posto, na próxima seção serão apresentados os aspectos metodológicos que se constituíram fundamentais para a execução da pesquisa. Assim, serão tratadas questões relativas ao tipo de pesquisa, técnicas utilizadas para a localização das fontes e levantamento de dados.

3 METODOLOGIA

A Revista Judicarium completou 20 anos de existência em 2016 com sua 100ª edição publicada em agosto. Contudo, para fins desse estudo, fez-se um recorte temporal que englobará o período 1996 -1998. Tal recorte deve-se ao fato de que a partir de 1998, a revista se modernizou, transformando sua antiga materialidade. Ao todo, constitui-se como *corpus* desta pesquisa 31 exemplares da revista. Por se tratar de um órgão público, que, durante o referido período, trocou de gestor (presidente) a cada dois anos, as publicações nem sempre obedeceram à periodicidade e, conseqüentemente, à regularidade.

Assim, visando responder às perguntas de pesquisa no estudo desse objeto, esta pesquisa se define como bibliográfica e documental e qualitativa. Qualitativa porque considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Assim, é a partir das edições da Judicarium (custodiadas na Biblioteca Central do TJSE) que se fará a análise dos fenômenos e a atribuição de significados, elementos básicos no processo de pesquisa qualitativa. Por isso mesmo, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave para a realização da análise (GIL, 2006).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que utiliza material já publicado, constituído basicamente de obras acerca da história da imprensa, materialidade e publicações institucionais.

É também uma pesquisa documental porque se utilizará da própria revista impressa como fonte de informação. Pesquisas documentais são elaboradas a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, documentos de primeira mão, como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc, ou, ainda, a partir de documentos de segunda mão, que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc (GIL, 2006). Há também os documentos localizados no interior de órgãos públicos ou privados, como manuais, relatórios, balancetes e outros.

Dessa maneira, a própria Revista *Judiciarium* se constitui o documento a ser analisado em suas características físicas de suporte informacional. Pretende-se fazer uma análise estrutural da referida revista, considerando-se os exemplares de número um, de 1996, à número 31, em 1998, de suas características físicas, formatos, editorias, seções, conteúdo, layout, tipo de material impresso, equipe envolvida na produção, periodicidade, regularidade, entre outros aspectos que porventura se apresentem.

Dentro desse raciocínio, proceder-se-á a uma investigação da forma, partindo-se dos elementos materiais registrados nas edições impressas da revista como suporte da informação. Serão analisados aspectos como a diagramação, que tem como função a organização dos elementos visuais e a legibilidade, visando à estética, o estilo e a adequação com o público leitor. Borges (2003) afirma que a diagramação se transforma, por si só, numa mensagem visual, dramatizando o conteúdo do texto, e indicando visualmente ao leitor o teor da matéria jornalística, do artigo etc.

Outros elementos, como capas, manchetes, títulos, legendas, disposição de fotografias, tabelas, ilustrações, desenhos, mapas, ícones, gráficos, fontes, tamanho de fontes, prioridades na apresentação de textos e de fotografias e seus destaques também serão objeto desta análise, como aspectos constituintes da materialidade.

Ressaltando a materialidade dos impressos, Scalzo (2004, p. 69) destaca que, quando alguém olha para uma página de revista, a primeira coisa que vê são as fotografias. Segundo ela, antes de ler qualquer coisa, é a imagem que, seja ela fotografia ou um infográfico, vai prender o leitor a determinada página ou não. A autora afirma que os infográficos estão no primeiro nível de leitura de qualquer meio impresso, e que, a exemplo das fotos e dos títulos, são a porta de entrada para os textos. A *Judiciarium* é rica em textos e imagens, embora as imagens em sua maioria, sejam de magistrados, ou de fatos que marcam as gestões presidenciais e/ou o interesse do Tribunal de Justiça de Sergipe.

As fontes para realização desse trabalho fazem parte do acervo da Biblioteca Central Gervásio Prata, localizada no sexto andar do Centro Médico Desembargador José Artêmio Barreto, edifício também conhecido como Anexo II do TJSE, no centro de Aracaju. As edições objeto desta pesquisa estão completamente

preservadas, compiladas em cadernos de capa dura. Foram utilizados três cadernos contendo os referidos exemplares.

Quanto ao tratamento documental das fontes, em primeiro lugar procedeu-se a prospecção junto à instituição de guarda, no caso a Biblioteca do TJSE. Fez-se a amostra com 31 edições e estas foram analisadas página por página, anotando-se os detalhes requeridos para o estudo da materialidade do periódico em questão e já explicitado no referencial teórico que dá suporte à pesquisa. Foi necessário o manuseio cuidadoso do material apreciado para se evitar rasuras e/ou extravio de páginas constantes do acervo.

Dessa forma criou-se um banco de dados em tabela do Word, acerca das 31 primeiras edições da Revista Judicarium, no qual os aspectos materiais são privilegiados. Procedeu-se também uma indexação dos assuntos abordados nas referidas edições. No apêndice desse trabalho será publicizada uma tabela referente a uma das edições, de escolha aleatória, pois esse processo se repetiu por todo o trabalho.

Assim, já tendo apresentado os aspectos teóricos e metodológicos, a próxima seção será dedicada a análise da materialidade do periódico Revista Judicarium referente a suas trinta e uma primeiras edições, bem como se fez necessário apresentar um panorama acerca de sua criação.

4 ANÁLISE DA MATERIALIDADE DA REVISTA JUDICIARIUM

A Revista Judiciarium foi criada em abril de 1996 e fez parte do projeto de gestão da então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), a Desembargadora Clara Leite de Rezende (figura 1). Dessa forma, em seu primeiro número, a referida operadora do direito assina um texto na primeira página intitulado “É tempo de comunicação”, distribuído em duas colunas, ocupando cerca de 1/3 da página, com fundo azul. O texto, distribuído em duas colunas, trata do recém-criado periódico como veículo de comunicação do Poder Judiciário, o qual tinha como objetivo ser um instrumento de ligação entre os que compõem a comunidade judiciária (servidores e magistrados).

Figura 1: Desembargadora Clara Leite de Rezende.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 2, página 7.

Também na página dois da primeira edição, intitulado “Enfoque”, encontra-se um texto sem assinatura, o que o faz ter status de editorial, e que relata a criação do periódico *Judiciarium*. Aqui destaca-se que se passou um século sem que o Poder Judiciário tivesse um órgão interno de divulgação. E como forma de reparar esta ausência, o *Judiciarium* foi criado para ser elemento de aglutinação de seu corpo pessoal, abrindo-se, assim, uma via de divulgação das ações internas do Judiciário sergipano e também um espaço de opiniões e sugestões por parte de todos os que fazem a comunidade jurídica do TJSE.

Nota-se aqui, que nos anos de 1990, o Poder Judiciário sergipano era uma instância de poder muito afastada da comunidade, bem como dos servidores que compunham o referido poder e que durante a expansão do órgão alcançou número significativo. Dessa forma, nota-se que a Revista *Judiciarium* é um periódico institucional da Justiça sergipana na divulgação de seus atos, bem como uma tentativa de aproximar servidores técnicos e administrativos dos magistrados. Estes, por sua vez buscaram deixar uma memória acerca do órgão público a partir de suas ações à frente da instituição.

No que se refere à sua materialidade, a primeira edição do *Judiciarium* tinha o formato de 28cm x 41cm e gramatura do papel aproximadamente entre 48g/m² e 52g/m². Inicialmente, possuía quatro páginas e utilizava as cores preta e azul. Normalmente, a cor preta era usada nas fontes dos textos e fios-data e o azul em fundo de quadros com texto, também conhecidos como boxes, e em ilustrações. Como a página possuía uma cor entre branco e bege claro, típicas das páginas de jornal, o equilíbrio no uso das cores e o layout das páginas demonstram harmonia entre as editoriais. O periódico possuía a periodicidade mensal e iniciou com uma tiragem de 300 exemplares.

Na primeira página, ou capa, o primeiro periódico trouxe, no cabeçalho, em destaque, o título *Judiciarium* em caixa alta (letras maiúsculas), centralizado e no topo da página, na cor azul. A fonte do cabeçalho é delgada, cursiva, bem desenhada, porém sóbria. Vê-se que as escolhas foram realizadas por pessoas que tinham entendimento acerca da criação de periódicos. A cor azul do cabeçalho é uma das mais seguras cores para compor web site, pois transmite as noções de firmeza, suavidade e fortaleza. Já o preto reflete poder e autoridade. Aspectos que estão em consonância com o status judiciário.

Logo abaixo do cabeçalho, vem o fio-data, ou seja, uma faixa estreita, em azul, contendo a seguinte informação - Ano I, nº 1 abril de 1996 (ver figura 2). A fonte desta frase é lapidária simples e regular, semelhante à Arial ou Verdana, bastante comuns nos programas editores de texto. Tais tipos de letra, possuem a vantagem de poder serem utilizadas na escrita cursiva, bem como adapta-se a textos corridos sem propiciar rápido cansaço visual.

Na sequência, tem-se o título da matéria principal da página ou manchete do periódico. Lê-se 'Desembargador Luiz Rabelo Leite', em caixa alta e sombreado. O texto/artigo, que inicia com letra em capitular (em destaque, em tamanho maior do que o restante do texto), é assinado pelo desembargador aposentado Antônio Vieira Barreto.

Tal fato é bastante curioso e não estranho as honrarias que os magistrados fazem a sua classe e a nomes que marcaram a magistratura no estado de Sergipe. Além disso, o referido desembargador foi professor titular da velha guarda da Universidade Federal de Sergipe e mestre de muitos magistrados que compunham o Tribunal sergipano. Vê-se que o uso da letra capitular no geral inicia uma obra, capítulo ou parágrafo de maior dimensão, algo que se queira destacar. Esse tipo capitular é de origem medieval e surgiram no contexto da arte insular nas ilhas britânicas do século VIII. É uma letra clássica que remete inconscientemente à memória.

Já o texto dedicado ao desembargador Luiz Rabelo está distribuído em quatro colunas, ocupando cerca de 2/3 da página e é ilustrado por uma fotografia em preto e branco (PB) do homenageado. A imagem está no centro da página, levemente deslocada para a direita, contornada pelas duas colunas centrais. O texto, que possui fonte na cor preta e tópicos em negrito e em caixa alta, refere-se à aposentadoria do referido desembargador. Mais uma vez o texto da forma que foi pensado, dá destaque à fotografia do desembargador, como apresenta as noções referentes às cores azul e preta vistas anteriormente, o que transmite a ideia de poder, importância e moralidade à memória do magistrado.

Figura 2: Capa da 1ª edição do periódico Judiciarium.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM, nº 1, página 1.

Na página 2, o texto denominado “Enfoque” ocupa cerca de 2/3 da primeira coluna da página. O título e o texto possuem cor preta. A fonte do título e do texto são Arial ou Verdana. O título está em negrito. Logo abaixo, dentro de um box, ocupando aproximadamente 1/3 da primeira coluna da página, está o Expediente, dentro de um box azul com letras pretas.

Nele estão as seguintes informações: logomarca Judiciarium, seguida, abaixo, da frase “Órgão de divulgação interna do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe”, o que o categoriza como um periódico institucional, voltado a explicitar questões de cunho positivo de sua instituição. Tal fato há um século atrás impossibilitaria uma pesquisa acerca da publicação sob a acusação de parcialidade. Os novos rumos da pesquisa com periódicos, contudo, possibilitam que a partir da materialidade se consiga caracterizar o objetivo, a mensagem e a imagem que marca a publicação.

Posteriormente, tem-se a expressão “Expediente”, com letra em caixa alta; depois, lê-se “Tribunal Pleno”, após o qual se lê a composição do TJSE à época - “Presidenta – Des^a. Clara Leite de Rezende”, o “Vice-Presidente – Des. Fernando Ribeiro Franco”, “Corregedor-Geral – Des. José Nolasco de Carvalho”, o “Des. Arthur Oscar de Oliveira Déda”, o “Des. José Barreto Prado”, o “Des. Luiz Rabelo Leite”, o “Des. Aloísio de Abreu Lima”, o “Des. Epaminondas Silva de Andrade Lima”, o “Des. Gilson Gois Soares”, o “Des. José Antônio de Andrade Goes”; a “Coordenação e Redação – Juiz José Anselmo de Oliveira”; a “Editoração Eletrônica – Antonio Campos”; a “Impressão – A Nacional Gráfica”; a “Tiragem – 300 exemplares”; e o endereço do TJSE, que fica no “Palácio da Justiça, Praça Fausto Cardoso, 112, CEP 49.010-000 – Fone 079 211-2030”.

Figura 3: Página dois não possui imagens.



Havia a preocupação de designar os membros componentes do Tribunal em Sergipe, identificar os responsáveis pela sua execução e identificar o periódico segundo os ditames jornalísticos.

Ao lado do Expediente, intitulado 'Escola Superior de Magistratura de Sergipe', e assinado pelo Juiz de Direito José Anselmo de Oliveira, está o texto/artigo que se refere ao papel da Escola Superior na formação e aperfeiçoamento dos magistrados de Sergipe. Este texto possui o título em azul e só as iniciais em maiúsculas. A fonte do título é fonte Impact, uma lapidária mais encorpada. Já a fonte do texto, preta, é a Garamond, com serifas e delgada. Este texto não possui foto ou imagem e está distribuído em duas colunas largas e ocupa metade da página.

A fonte Impact foi desenvolvida em fins dos anos de 1960 na Inglaterra. Caracteriza-se por uma linha super grossa, alta, pequeno espaçamento entrelinhas e espaço interior mínimo. Isto porque sua função, como bem significa sua designação é causar impacto. É uma fonte desenvolvida para ser usada em títulos e manchetes, para chamar atenção. Já a Garamond de origem veneziana, se constitui juntamente com a Times New Roman, o oposto de fonte serifada (família tipográfica caracterizada por pequenos traços e prolongamentos que ocorrem no fim das hastes das letras) mais popular do mundo devido a sua legibilidade.

Logo abaixo, separado por uma faixa azul, está o artigo do então Juiz de Direito Netônio Bezerra Machado. Ele escreve sobre as figuras da mitologia grega "Minotauro e Teseu". A exemplo do texto anterior, que ocupa metade da página, o título e o texto possuem as mesmas características, com a diferença de que o segundo texto está distribuído em três colunas e é finalizado com três estrelinhas como marcadores finais. Ambos os artigos possuem o nome do autor logo abaixo do título e com uma faixa preta composta por um traço fino e outro mais espesso. Um outro detalhe é que a fonte do editorial é levemente maior do que a dos artigos da página.

O que denota que a referida publicação também versava acerca da cultura erudita e buscava disseminá-la através do órgão de comunicação, como por outro lado, significava uma demonstração dessa mesma erudição de um membro do alto escalão da Justiça em Sergipe.

Figura 4: Nem tudo era artigo ou matéria jurídicos.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM n° 1, página 3.

Na página 3 desta primeira edição, observa-se uma maior liberdade na diagramação da página. As primeiras duas colunas, à esquerda, são dedicadas à poesia e piadas. A seção “Poesias” possui fonte estilizada, em caixa alta, na cor azul, e ilustração em preto e azul (estrelas e uma estrada), dividindo as duas composições. Nela, estão dois poemas. “Matinas”, de autoria do Desembargador Aloísio de Abreu; e “Vida”, do Juiz de Direito José Anselmo de Oliveira.

Na parte inferior, há também um quadro com o título “Anedotário”, e que contém, como o próprio nome diz, uma piada. Esta de cunho jurídico. O título Anedotário possui letras lapidárias em negrito e sombreadas, na cor predominantemente azul, já que a letra ‘D’ está em preto. Logo acima do título, há um traço mais espesso e outro fino e outro abaixo, com dois traços finos e um espesso. Todos na cor azul. A piada, intitulada “Cumpração”, está dentro de um box,

cujo contorno forma um retângulo com um traço azul. O título e o textos desta piada, a exemplo dos demais textos dessa página, possuem fonte em preto. As seções “Poesias” e “Anedotário” possuem fonte em azul e azul e preto respectivamente. A escolha por letras lapidárias se deve a sua característica de ‘pouca variação, sem serifas, indicada para breves textos.

Na metade direita da página, há um artigo intitulado “Referencial do processo de mudanças – “Uma tentativa de adequação de nossas necessidades ao pensamento dos pioneiros na técnica de qualidade”, de autoria do então Assessor de Planejamento o magistrado Fernando Sampaio Leite. O texto ocupa duas colunas, do topo à base da página. Título e subtítulo possuem fonte em preto que retrata austeridade.

Já na página 4, há dois textos: mais uma vez, nesse número o texto “Homenagem ao Des. Luiz Rabelo Leite”, de 1996, não assinado, mas no texto revela-se a autoria do Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda, na ocasião da aposentadoria do homenageado; e “Distribuir Justiça”, de autoria de José Amado do Nascimento. Este segundo texto também presta homenagem ao referido desembargador. Essa é uma prova cabal que a preocupação por perpetuar a memória de seus membros é um dos interesses marcantes do impresso ao longo do tempo. Embora, tal afirmação somente possa ser consolidada após a análise da totalidade do *corpus*.

Figura 5: Mais homenagens ao desembargador que se aposentou.

Homenagem ao Des. Luiz Rabelo Leite

Discurso proferido pelo Des. Arnar Oscar de Oliveira Doda, na sessão de 24 de abril de 1996, em homenagem ao Des. Luiz Rabelo Leite, por sua aposentadoria.

Bastante singular este acontecimento que estamos a viver agora. Como um mesmo fato pode gerar sentimentos essencialmente diversos! É que hoje, sendo o termo derradeiro da longa carreira, magnífica de um exemplar profissional do direito, deveria ser, apenas, um dia de regozijo, de alegria e festejo. Mas é, também, o que marca a última participação efetiva, em nossas reuniões de trabalho, de um colega distinto e amigo íntimo, o eminente desembargador Luiz Rabelo Leite. Sentimos, por isso, a envolver-nos, uma certa atmosfera nostálgica.

No fim da semana que passou, estive no seu gabinete e senti um gosto amargo ao ver a descida dos quadros - as paredes ficando nuas - e o empacotamento dos livros - as estantes esvaziadas. Pressenti a falta maior: a dos cumprimentos cordiais de todas as manhãs e tardes, em voz tonante: Bom dia! Boa tarde! A do dito chatuso ou do gracieiro sempre oportuno, capaz de desarmar os espíritos nos momentos de tensão.

Com todas as veras, sem lisonja, o desembargador Luiz Rabelo Leite soube honrar a toga. E o reconhecimento da sociedade inteira - desde os mais humildes aos mais destacados - permite-lhe, católico por formação, que é, religioso praticante, que sempre foi, dizer como São Paulo: *Curramus Constantem, Fidem Servamus!* Terminou a carreira, mas guardo a Fé. A Fé, essa extraordinária surgente de virtudes, pois quando o homem perde a fé, não tem mais razão para viver. A fé, por exemplo, nos valores éticos construídos pela humanidade. A fé, mais particularmente, no Direito e na Justiça.

Torno a dizer: Hoje, como o Apóstolo das Gentes, o desembargador Luiz Rabelo Leite pode afirmar: *Nunc Est Data Mihi Corona Vitae*. Com efeito, terminar a carreira assim é uma glória. E para o homem de boa formação, lembrando os versos do poeta das Crisálidas, "esta é a glória que fica, honra, eleva e consola; outra não há melhor!"

Todos aqui já foram beneficiados pela elevação espiritual da sua generosidade. Ora um esclarecimento oportuno, em momento de dúvida, ora uma palavra de estímulo, em momento de desencanto. Eu mesmo, por exemplo, o fui, e confesso de pública, num dos momentos mais difíceis da minha vida, quando a saúde parecia estar em perigo.

O desembargador Luiz Rabelo Leite é um egoísta, mas um egoísta, como o poeta Bastos Tigre se considerava, neste verso:

"Porque busco ser bom é que me torno egoísta"

E completava, no final do lindo soneto:

"E jamais direi não a quem meu rim procura, Compellido a julgar, preferio ser mau juiz, A criar com o castigo uma nova amargura."

"E se a alguém já fiz mal, a mim mesmo é que fiz; Pois é, do meu egoísmo, a suprema ventura Ver, em redor de mim, todo mundo feliz."

No cumprimento do dever de solidariedade humana jamais se omitiu, até mesmo quando a omissão fosse aconselhável, para não ir além das atribuições do cargo. Tal como o "cavaleiro andante", lutando em favor da Sociedade, enfrentou obstáculos que não eram simples moínhos de vento. Vou lembrar, aqui, um episódio curioso. O desembargador Luiz Rabelo Leite era Corregedor-Geral da Justiça, nos idos de 1979. A imprensa dava conta da competição entre empresas funerárias, que chegaram ao extremo de instalar postos de venda nas imediações das hospitais. A disputa inescrupulosa dos "abreiros" causava repugnância, mas nenhuma providência por quem de direito, a fim de coibir a execrável competição vulturna. Indo além do âmbito da sua competência, mas nunca dos princípios morais, interveio o nosso Corregedor, eliminando a prática da concorrência aborrecível.

A propósito, em versinhos de brincadeira, imaginei situações risíveis. Lendo-os, ele riu a bom rir. Esses versinhos, reencontrei-os nos meus arquivos. Eis-los:

Agora, Morrer Tranquilo

Disse o jornal, gozador,
(Por faltar melhor assunto)
Que o doutor Corregedor
Vai punir "papa-defunto".

Messias cotou o preço
Da mortalha e do caixão,
Fato que revela apreço
À poupança do povão.

Já disse Dona Iranide:
"A partir deste momento,
Quem cobrar demais incide
Nas penas do Regimento."

Quanto ao preço do caixão,
Pra aquele que for freguês
(Decidiu-se em reunião),
Paga dois, mas leva três.

Grinaldas, flores, caixão,
Tudo vai ser na tabela;
Desde o valor do sermão,
Até o preço da vela.

Toda vez que houver aumento
Haverá um provimento
Incrementando a fatura.

Em regime extraordinário,
Dona Nilde, todo dia,
Vai ter que cumprir horário,
Na porta do Cirúrgia.

Mary Nadja se sacode
E diz com sinceridade:
- Agora o povo já pode
Morrer com tranquilidade.

O desembargador Luiz Rabelo Leite tem alma de poeta. Na derradeira mensagem natalina que mandou aos amigos, escreveu que "O coração desarmado busca sempre o diálogo, o encontro, a fraternidade," e que "somente os corações vazios de ódio, vingança e orgulho, conhecem a verdadeira alegria".

É certo. Assim tem sido a sua passagem pela "terra dos homens". Com amor ao próximo e dignidade pessoal. Buscando servir sem querer servir-se. Servidor, sempre, subversivo, nunca!

Como o colega sempre gostou da mensagem delicada da poesia nos seus discursos, faço o mesmo, agora, valendo-me, outra vez, dos versos de Bastos Tigre, pela coincidência dos sentimentos do poeta e do homenageado, e a semelhança dos momentos vividos:

"Mas estou de mim mesmo satisfeito
N'alma inda sinto o amor, o sonho, a fé
E nem ódio, nem ciúme, nem despeito.

E hoje, o maior de entre os meus sonhos é
Descer a escarpa, o busto alto e direito,
Como subi, sem me curvar, de pé!"

Distribuir Justiça

José Amado do Nascimento

Desembargador que se aposenta, um titular de Juízo de 2º Grau que encerra as suas funções judicantes, e, por conseguinte, um Juiz de 2º grau, um aplicador da Justiça.

Foi imbuído dessa realidade Judiciária e movido por sua convicção profunda, que o Desembargador Luiz Rabelo Leite declarou a seus Assessores:

"A nossa função aqui é distribuir Justiça.
Em que consiste, porém, a Justiça?"

Respondendo a essa indagação, o Desembargador Luiz Rabelo Leite evocaria a definição do romano Marco Túlio Cícero, assim:

"Iustitia est constans et perpetua voluntas honeste vivendi, alterum non laedendi sum cuique tribuendi"

A existência, já longa de setenta anos, do Desembargador Luiz Rabelo, tem sido a encarnação desse ideal de Justiça - "a vontade constante e perpétua", sem tergiversações, continuada e corajosa de realizar Justiça, como ideal a iluminar relações sociais:

- seja de indivíduos com outros indivíduos;
- seja dos grupos humanos com outros semelhantes;
- seja do Estado com os seus administrados;
- seja das pessoas humanas com o Estado.

E aqueles três requisitos da Justiça, ele os tem vivido exemplarmente.

De viver honestamente, recebeu sempre as lições de seus pais, os saudosos Dr. Moisés Rabelo Leite e D. Adalgiza Leite, e de seus preados irmãos Maria Ligia, José e Dr. Antônio Rabelo Leite, desde da cidade de Propriá, onde nasceu, até a metrópole de Aracaju, onde se radicou permanentemente.

De honestidade, retidão e simplicidade cotesteceu-se o seu viver familiar, ao lado de sua digna e amada esposa, D. TEREZA SOBRAL LEITE, e de seus diletos filhos.

De honestidade foi o exercício dos cargos que tem ocupado na magistratura, a culminar com a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça de Sergipe.

De não lesar aos outros e não permitir que estes sejam lesados por outrem - eis a sua atuação como cultor e homem prático do Direito.

Nesse sentido, é de se destacar a sua solícita atividade como Promotor Público (hoje Promotor de Justiça) em várias Comarcas, quando relava pela guarda da fé da Lei, pela defesa da sociedade e pela proteção das vítimas das injustiças.

Para que os pobres, os desempregados e os retirantes não fossem lesados em suas viagens, em busca de trabalho e de melhores dias, o Dr. Luiz Rabelo Leite agia diuturnamente, com presteza e compreensão, enquanto esteve à frente do INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização - em nosso Estado.

E de atribuir a cada um o seu direito foi e será a sua preocupação como Juiz de 2º grau, seja atuando tanto na Câmara Criminal, seja na Câmara Cível, já no Tribunal Pleno, já na Direção da Escola da Magistratura de Sergipe.

Atribuir a cada um o que é de seu direito - ele aprende nas suas relações espirituais e sobrenaturais com JESUS CRISTO, o Supremo Julgador de todos os povos, quem "um dia virá, com grande poder e glória, para julgar os vivos e os mortos".

Em síntese, aí fica o seu pleno desempenho. Houve falhas? Possivelmente, pois nenhum ser humano é perfeito.

Pokm, ao desvestir A Toga Tribunalícia, com a consciência do dever cumprido, deixa saudade aos seus Pares, ao Ministério Público, aos Juizes de 1ª e 2ª entrâncias e a todos os servidores do Poder Judiciário.

Dele poder-se-á dizer com acerto:

O Juiz Rabelo Leite,
longos autos consultando,
muitos votos proferindo,
DESEMPENHOU SEU PAPEL,
Alguns versos chorando,
em outras tantas sorrindo
IMPARCIAL MAS FELIZ.

Por distribuir Justiça
teceu amas, foi a liça.
Eis a humana criatura
que exerceu com dignidade,
sem orgulho, ou falsidade,
o Múnus Judicarius.

Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 1, página 4.

O primeiro texto possui título e texto com fonte na cor preta e ocupa cerca de 2/3 da página. Não possui fotos ou ilustrações, mas traz reprodução de trechos de poemas. Há também duas faixas em azul separando a primeira coluna da segunda (na parte superior), e a segunda da terceira (na parte inferior). O segundo texto possui título em azul e texto em preto. Na parte inferior da página, há um box em azul com letras pretas com um poema, encerrando o artigo e a edição.

Esteticamente, a Revista Judicarium possui uma diagramação agradável e equilibrada para o primeiro número, o que mostra um estudo preliminar para sua composição. Isto é importante para criar a imagem estrutural que marcará o periódico em sua existência, o que não significa que ele não modernize seu layout

no tempo. Outro aspecto diz respeito ao corpo editorial de especialistas na comunicação social.

Observa-se a existência predominante nessa primeira edição de textos tendo somente uma fotografia na capa e uma ilustração na página três. Basicamente, constituiu-se de quatro colunas, a partir das quais se distribuíram os textos, utilizando-se de boxes e faixas azuis que ajudam a quebrar a frieza dos textos impressos por página. Nas edições seguintes, os produtores do periódico vão equilibrando a quantidade de textos e de imagens. Para tanto, neste processo de evolução, observar-se-á o aumento no número de páginas e a criação de seções e de editorias já a partir da segunda edição.

Mantendo praticamente as mesmas características quanto à materialidade, principalmente no que se refere ao tamanho, papel, fontes, cores, padrão de diagramação etc., a segunda edição do periódico *Judiciarium* chega em junho de 1996 com o dobro de páginas, passando de quatro para oito. O que significou boa aceitação e apoio ao projeto da Desembargadora Clara Leite. A tiragem aumenta de 300 para 500 unidades distribuídas gratuitamente nos gabinetes, secretarias, departamentos e setores do TJSE em todo o estado. A primeira página da edição passa a ter chamadas com indicação de página para as matérias internas e uma espécie de sumário dentro de um box azul. Para isso foi realizada uma pesquisa e buscou-se modernizar o periódico (ver figura 6).

Figura 6: Chamadas e mais ilustrações.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 2, página 1.

Com o aumento no número de páginas, observam-se algumas mudanças, dentre elas, o uso mais frequente de fotos e ilustrações nas matérias e artigos, e a criação de novas seções e editoriais. “Conversando com a Justiça”, “Por dentro do Judiciário”, “Entrevista”, “Cultura e Lazer” passam a fazer parte do periódico e a abrigar textos específicos. A primeira traz artigos jurídicos, a segunda divulga matérias apresentando setores do Poder Judiciário com foto da equipe, a terceira publica entrevistas com personalidade do TJSE, e a quarta abre espaço para poemas, contos, crônicas, curiosidades e anedotas de autoria de servidores ou enviadas por eles. Vê-se que a integração dos servidores foi buscada já na segunda edição. Tal estratégia servia para apresentar os setores componentes da justiça, suas funções e aqueles que eram responsáveis pelas funções administrativas necessárias à execução da justiça estadual.

Figura 7: Novas editorias e ilustrações são criadas.

CONVERSANDO COM A **JUSTIÇA** JUDICIARIUM — n.º 2 - Junho de 1996 Página 3

Juízados Especiais Cíveis

limite do valor da causa-competência

Netônio B. Machado

1. Limite do valor da causa.

Com o advento da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, foram criados os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Os primeiros são os que interessam a esta reflexão.

O antevisto Diploma legal corresponde à efetivação da vontade do Constituinte de 1988, manifesta no inciso I, do artigo 98, da Lei Fundamental, assim editado:

"Art. 98 - A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - Juizados especiais, providos por juizes togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexibilidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau".

1.2. Transborda da leitura do caput e dos incisos I a IV, do artigo 30, da Lei 9.099, que causas de valor superior a quarenta vezes o salário mínimo, podem e devem ser processadas e julgadas nesses Juizados Especiais, desde que: a) versem sobre as matérias elencadas no inciso II, do artigo 275, do CPC; b) tratem de despejo para uso próprio.

1.3. Há uma confusão geralmente feita na interpretação do seu parágrafo 3º, face a sua dilação:

"§ 3º - A opção pelo procedimento previsto nesta lei importará renúncia do crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuando-se a hipótese de conciliação".

Por conta dessa redação, alguns têm entendido: que todas as causas a serem promovidas nos Juizados Especiais serão, necessariamente, de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo; ou 2º) se excedentes desse limite, presumir-se-á renunciado o excesso.

Não é bem assim, nem poderia sê-lo. A sua interpretação literal repeliaria aquela conclusão, por resultar em verdadeiro conflito entre este parágrafo e os incisos II e III do mesmo artigo 3º que não vinculam ao limite de quarenta salários mínimos as causas neles arroladas.

Se esse limite incidisse sobre todas as causas, bastaria que o caput do dispositivo invocando o fixasse ou, não o fixando, que o fizesse nos incisos II e III, tal como o fez nos I e IV.

1.4. A boa hermenêutica nos leva, pois, a interpretar o § 3º, do artigo 3º, como aplicável apenas às causas cogitadas nos incisos I e IV.

Itô é: quando não se tratar de ações elencadas no artigo 275, II, do Código de Processo Civil, nem de despejo para uso próprio, a opção pelo seu ajuizamento nos Juizados Especiais importará na renúncia ao valor excedente de quarenta salários mínimos.

Contrário sensu, quando as ações versarem sobre aquelas matérias, não haverá subordinação a esse limite, nem redução do seu excedente.

Diga-se o mesmo quanto ao disposto nos artigos 21, parte final e 39.

Afinal, nem o limite da causa a esses salários mínimos, por si só, significa tratar-se de causa de menor complexibilidade, nem a superação desse valor leva à preempriedade da conclusão de tratar-se de causa de maior complexibilidade.

Há um relativismo nas duas proposições.

Nem se venha dizer que a Lei 9.245, de 26 de dezembro de 1995 - que deu nova definição ao rito sumaríssimo, chamando-o de procedimento sumário - revogou o inciso II, do artigo 30, da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), tanto que as causas previstas no artigo 275, III, do CPC, serão processadas pelo procedimento sumário quando propostas por pessoas jurídicas, consoante conjugação desse dispositivo processual com o parágrafo 1º, do artigo 8º, da Lei dos Juizados Especiais, ou quando se tratar de algumas das causas de natureza definida no § 2º, do seu artigo 3º.

1.6. Por outro lado, resai igualmente inconsistente o argumento de que a impossibilidade de reconvenção vedada pelo seu artigo 31 seria indicadora da circunscrição das causas ao limite de quarenta salários mínimos, restringindo-se a menor número as partes prejudicadas com a inadmissibilidade.

Esse argumento exsurge inconsistente, porquanto presente a possibilidade da formulação de contrapetição ou, na dicção do parágrafo único do artigo 17 de pedidos contrapostos, apreciáveis na mesma sentença.

1.7. E quanto à obstatção da intervenção de terceiros, não há razão para perplexidade, vez que no procedimento sumaríssimo, hoje sumário, a inadmissibilidade já era e continua manifesta (art. 280, I, CPC).

2. Competência

2.1. O artigo 30 da Lei sob comentário define, em seu caput, a competência dos Juizados Especiais Cíveis para o processo e julgamento das causas de menor complexibilidade, identificando-as, lato sensu, nos seus diversos incisos sob dois critérios: em razão do valor (incisos I e IV) e em razão da matéria (incisos II e III).

Perflhou o mesmo caminho do Código de Processo Civil quando trata do procedimento sumário onde, no inciso I do artigo 275 firma a competência em razão do valor e no inciso II a definição é em razão da matéria, independentemente do valor da causa.

Quando se trata de competência em razão da matéria ela é inderrogável, absoluta, permitindo-se a disponibilidade das partes apenas quando se tratar de competência em razão do valor ou do território, a teor do artigo III, do Código de Processo Civil.

Aliás, o Superior Tribunal de Justiça em acórdão publicado na RSTJ 27/351, proclamou: "É inderrogável a competência fixada pelo critério funcional".

2.2. A matéria relativa à competência e ao procedimento é de ordem pública, resultando em direito indisponível que só poderá sofrer modificação ao talante das partes quando a lei o admitir, expressamente, como o faz, por exemplo, em relação ao valor da causa, conforme dispositivo processual retromencionado. Nunca, porém, em relação à competência funcional.

E a Lei 9.099/95 não dá ensejo a essa modificação como o fazia a revogada Lei 7.244/84 - Lei dos Juizados Especiais de Pequenas Causas - que rezava em seu artigo 1º: "... por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico".

2.3. Excluem-se da sua competência os títulos executivos extrajudiciais de valor superior a quarenta salários mínimos (§ 1º, inciso II, do art. 3º); - "as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial"; os processos onde figure como parte o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público em qualquer polo da ação, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil (art. 8º).

2.4. É mister aprender e assimilar o objetivo social dessa Lei, que é - de forma inconscusa e cristalina - o de atender mais ágil e eficazmente um maior número de demandas, assegurando uma entrega de prestação jurisdicional mais rápida e justa, inferindo-se a rapidez no dizer o direito como integralização do conceito de justiça.

Para alcançar esse desiderato foi editada, criando Juizados Especiais dotados de estrutura específica, instrumentalizados para satisfazerem as partes nessa conquista política do seu exercício de cidadania. Essa compreensão remete ao artigo 5º, da Lei de Introdução ao Código Civil e reforça a convicção da natureza absoluta da competência desses Juizados.

2.5. Acórdão na íntegra, do Primeiro Tribunal de Alcada Civil de São Paulo, datado de 02.4.96, versando sobre a matéria foi publicado na IOB-3/11987, enfrentando a questão de modo a convencer do acerto dos que defendem a tese da competência funcional absoluta dos Juizados Especiais, tal como o fazem, dentre outros, José Dias Figueira Júnior e Maurício Antônio Ribeiro Lopes, na obra COMENTÁRIOS À LEI DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS, Ed. Revista dos Tribunais, 1995, e o Juiz Loure Geraldo Barbiero, da 8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo, SP, em artigo publicado na TRIBUNA DA MAGISTRATURA, N.º 69, pg. 2.

Netônio B. Machado é Juiz de Direito da 7ª Vara Cível de Aracaju.

Fonte: REVISTA JUDICIARIUM n.º 2, página 3.

Como mais um exemplo de editoria nova, doravante a página 07 traz uma entrevista com servidor ou magistrado, sempre abordando questões voltadas para as ações da instituição. Nessa segunda edição, a Presidenta do TJSE, Desembargadora Clara Leite de Rezende fala, dentre outros assuntos, sobre a situação do Poder Judiciário à época e como foi ser a primeira mulher a integrar o TJSE, dos desafios que iriam se apresentar e de seus planos à frente da presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe. A entrevista ocupa a página inteira e foi concedida ao jornalista Victor Amaral.

Figura 8: Cada edição passa a trazer uma entrevista



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM n.º 2, página 7.

Em julho de 1996, na terceira edição, o periódico passa a uma tiragem de mil (1000) exemplares, quinhentos a mais que a segunda edição. Ao mesmo tempo em que aumentava a distribuição, os ícones das editoriais também iam se modificando ao longo do tempo, melhorando o layout e a diagramação das páginas. Além disso, o uso de fotografias passa a ser mais frequente, como se pode ver na figura 9.

Figura 9: Ícones reformulados e fotografias mais frequentes.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM n° 3, página 5.

Além disso, outras editoriais vão sendo criadas e o uso de fotos e ilustrações se amplia, demonstrando uma preocupação para com a informação imagética também. A seção "Gente Q participa do Poder Judiciário" traz personagens do TJSE, com suas respectivas fotografias, formando pequenos boxes descritivos de suas funções e/ou de suas histórias no tribunal (ver Figura 10).

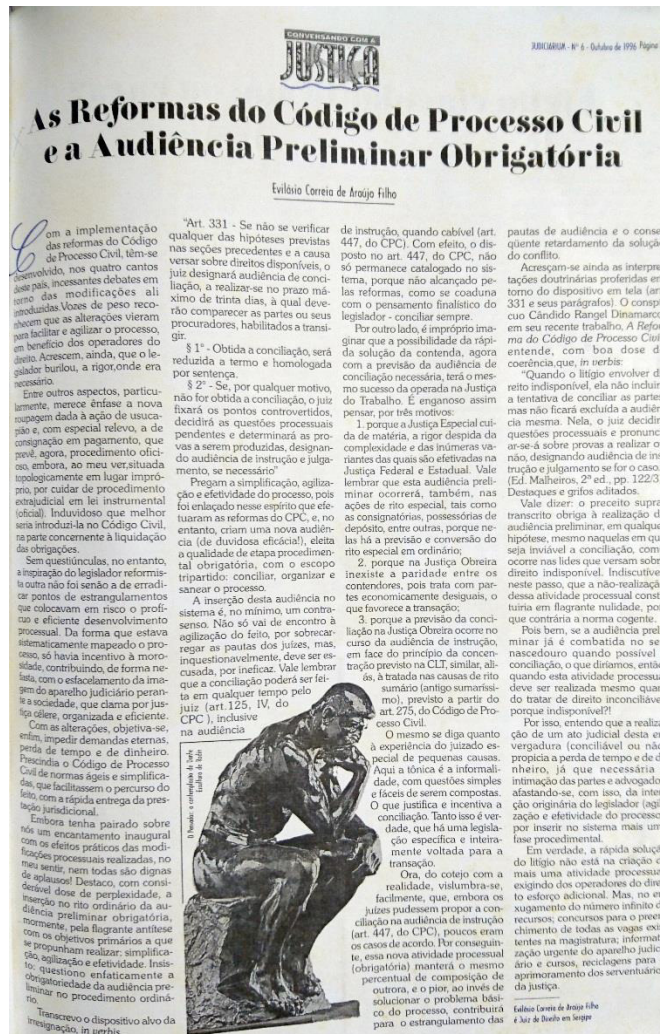
Figura 10: Por meio de texto e fotos, o servidor passa a ser retratado no periódico.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 3, página 6.

Quanto à fonte utilizada pelo periódico, havia predominância da Times New Roman ou Garamond e variações da primeira à quinta edição – mantendo a escolha devido às características vistas anteriormente. A partir da sexta edição do periódico, observa-se a utilização da fonte Souvenir. Ela foi criada nos Estados Unidos em 1914 e possui como característica material um visual suave, estilo antigo e que se tornou muito popular em usos em textos corporativos e para títulos em impressão de livros. Nos títulos das matérias, usou-se a fonte Times New Roman, porém, mais encorpada, espessa. Nesta edição, alguns ícones também são modificados, como é o caso do da seção “Conversando com a Justiça”, à página três da sexta edição.

Figura 11: Ícone e fontes renovados.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM Nº 6, PÁGINA 3.

É notória a introdução de novas editorias ao longo do tempo, evidenciando a diversificação do conteúdo e a versatilidade do periódico. É o caso da página seis da edição de número sete, que introduz a editoria denominada de “Geral”, focada em retratar fatos do cotidiano Judiciário, como reformas e entrega de fóruns, por exemplo.

Um outro detalhe importante diz respeito à autoria das fotografias que retratam os eventos, os setores e/ou os servidores do TJSE. Estas imagens começam a apresentar com regularidade os créditos dos fotógrafos que as fez. Como a equipe não dispunha de um profissional em seu quadro, contratava o serviço de *freelancers*. Este é mais um cuidado que a equipe do periódico vai corrigindo ao longo das edições, buscando a correção das informações ali contidas e resguardando as fontes (ver figura 12).

Figura 12: Foto de arquivo do TJSE e nova editoria.

Página 6 JUDICIARIUM - Nº 7 - Novembro de 1996

Inaugurado o Forum "Senador Francisco Leite Neto"

Inaugurado no último dia 18, o Forum Senador Francisco Leite Neto da cidade de Riachuelo, um projeto arquitetônico desenvolvido mediante programa que tem como prioridade a humanização dos espaços judiciários.

Localizado em uma área de 1.800 metros quadrados, o referido forum foi concebido dentro de uma arquitetura moderna e teve o arquiteto Murilo Guerra como idealizador do projeto.

Com 600 metros de área construída, o novo prédio do Forum Senador Francisco Leite Neto abriga quatro cartórios, sala para defensor público, auditório com capacidade para 80 pessoas, amplo espaço para circulação, sala de audiência, gabinetes e residência para o juiz e promotor, além de um estacionamento privativo ao público.

Segundo a Diretora do Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça de Sergipe, Engenheira Rúbia Teixeira Moissinho, o Forum Senador Francisco Leite Neto é o testemunho da sensibilidade da Desembargadora Clara Leite de Rezende para com a terra que a viu nascer, portanto o Forum de Riachuelo veio proporcionar aos funcionários do Tribunal de Justiça e seus usuários, um confortável espaço físico, que é envolvido em uma urbanização, onde o paisagismo une o concreto ao homem, respeitando os seus espaços.

O Homenageado

Francisco Leite Neto nasceu em Riachuelo/SE, no ano de 1907, foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Cirurgião Dentista, Consultor Jurídico do Estado, Professor da Escola Técnica de Comércio, Jornalista, Diretor da Penitenciaría do Estado, Secretário Geral do Estado, Deputado Federal, Senador da República, assumiu o Governo do Estado em várias oportunidades, interinamente, Diretor

da "Revista Forense" e do "Jornal da Manhã" e Professor da Universidade Federal de Sergipe. Escreveu: "Sergipe Forense". Aracaju, Ed. Aracaju, 1936. Volume 1.

Para saudá-lo, um antigo companheiro, o Dr. Manuel Cabral Machado, grande jurista sergipano e atual Chefe da Assessoria jurídica do Tribunal de Justiça do Estado.

Representando a família do Senador Francisco Leite Neto, a Dra. Vêrtia Leite Brito, filha do homenageado, realizou oração gratulatória.

Na oportunidade, a Desembargadora Clara Leite de Rezende, Presidente do Tribunal de Justiça, disse estar feliz por ter conseguido na sua

e início da adolescência passadas entre a "Fazenda Angico", de meus pais, a casa da minha tia Olga e meu tio Costa, palco dos meus sonhos e recanto de minhas fantasias. Integram também minhas recordações a Usina Central de minha tia Márcia e Fazenda Coqueiro do meu irmão Leite Neto. Tudo aqui sempre foi muito familiar para mim. Realizei hoje este meu desejo, num momento em que se fazia efetivamente necessária a construção de uma nova sede para bem instalar os serviços da Justiça, pois que a época já representou o atendimento satisfatório, tornou-se insuficiente e precária.

Edifiqui-o em terreno que fora, outrora, a oficina do Sr. Manuel Prado e depois do admirável artífice "Sr. Cajueiro" a quem a indústria canavieira de Sergipe muito deve pela sua arte de fabricar peças destinadas a fazer funcionar as usinas, não só da região, mas de todo o Estado de Sergipe e Alagoas. Diriamos uma siderúrgica artesanal.

Riachuelo é hoje uma cidade entristecida, que vive de lembranças de um passado fausto, onde a indústria da cana-de-açúcar a fazia um centro importante, freqüentada por seus usineiros e fazendeiros, onde não havia desemprego nem miséria. Encontra-se submergida na crise do município brasileiro, com uma população emergente, despreparada e sem perspectiva.

Convidei para esta festa os seus filhos que não mais residem aqui, importantes ou não. Fi-lo objetivando reuni-los para rememorar os tempos de glória desta cidade. Para convocá-los a fazer deste encontro o início de uma nova época, em que todos se

disponham a contribuir para o desenvolvimento de sua terra que deu ao Estado, filhos ilustres que a governaram, que participaram da sua vida política, Chico Leite, Dr. Nilton Dortas, Cleovansóstenes de Aguiar, o Patrono deste Forum e de sua Justiça, Desembargador Pascoal, Desembargador Luiz Garcez Vieira, Gonçalo Rollemberg Leite, Paulo Barreto e José Rollemberg Leite, filho querido, cuja ausência nesta festa registro com muitas saudades.

Mas, senhores, peço desculpas por colocar num evento de interesse público tantas considerações pessoais. Acho que é mesmo um sintoma de que o tempo já passou o bastante por minha vida. De que a recordação começa a ser maior do que as projeções futuras, de que está na hora de sentir saudades. Prezados Jurisdicionados o que proponho de minha parte não é somente dar à Comarca de Riachuelo uma construção moderna, com mais conforto para os seus usuários. A edificação deste forum quer também significar um serviço judiciário, capaz de atender aos anseios de seus jurisdicionados, uma Justiça célere, acessível a todos, moderna, que dirima os litígios e traga tranquilidade ao seu povo.

Entrego, pois, a esta comunidade, uma Justiça bem instalada, informatizada, com o pessoal em fase de treinamento e comandada por uma Magistrada competente e ética no desempenho de suas funções e humana no trato com os jurisdicionados.

Contei, nessa crise sem precedentes que atravessa o Estado, com a total participação do Governador Albano Franco, que nesta região também tem as suas origens e participa diretamente do seu desenvolvimento, gerando empregos com suas indústrias.

Tivemos em Sua Excia. a doação do terreno, e a liberação da fatura de construção".



Fachada do Forum "Senador Francisco Leite Neto"-Riachuelo/SE.

Diversos

Eventos / Dezembro

Inaugurado no dia 5, o "Primeiro Juizado Especial Criminal da Comarca de Aracaju".

No dia 17 de dezembro, às 10 horas, acontecerá a inauguração da nova sede do "Forum Ministro Heitor de Souza" da cidade de Estância.

A celebração da Missa de Natal do Tribunal de Justiça será realizada no dia 20, às 16:30, no Auditório "Governador José Rollemberg Leite".

Ainda em dezembro, em data a ser confirmada a instalação do "Arquivo Judiciário" do Estado de Sergipe no antigo prédio do "Tribunal da Redação". Na oportunidade será lançado o "Guia de Fontes Temáticas do Arquivo Judiciário".

Em datas a serem confirmadas, as inaugurações do "Forum Gumerindo Bessa" de Aracaju e demais foruns em fase de conclusão das suas obras.

Da Redação

Menção Honrosa

O Oficial de Justiça da Comarca de Itabaianinha e escritor Juraci Costa de Santana, ganhou Menção Honrosa com direito a publicação, no II Prêmio Núbia Marques de Contos, com a obra "Contos de Província".

A promoção foi da Secretaria de Estado da Cultura e os escritores Alberto Carvalho (SE), Antonio Brasileiro (BA) e Ruy Espinheira Filho (BA), integraram a comissão julgadora do concurso.

"Contos de Província" virá a público no primeiro semestre de 1997 e será editado pela promotora do Prêmio.

Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 7, página 6.

A partir da edição nº 10, de março de 1997, a primeira e quarta capas do periódico passam a ter impressão colorida, característica que melhora a estética da publicação, deixando-a mais atraente visualmente. As páginas internas continuam na cor preta e azul habituais. Normalmente, a cor preta é usada nas fontes dos textos e o azul em fundo de quadros com texto e em ilustrações. Em alguns momentos, em títulos (ver figura 13).

Figura 13: Fotos coloridas a partir da edição nº 10.

"Não há razões contra um juiz porque ele julga o que supõe ser justo."

página 3

JUDICIARIUM

Órgão Oficial de Divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano I nº 10 - março de 1997

"Fala-se muito na mesquice da justiça. Não há de negar, mas urge examinar-lhe as causas e os inconvenientes."

página 5

Mulheres são homenageadas pelo TJ

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe comemorou com uma sessão solene, no último dia 10 de março, o Dia Internacional da Mulher, que transcorreu no sábado, 8 de março. A solenidade foi realizada no auditório Governador José Rollemberg Leite, do Palácio da Justiça e foi bastante concorrida, contando com a participação de destacadas figuras do mundo jurídico, além de vários segmentos da sociedade.

O Desembargador Epaminondas de Andrade Lima, abriu a sessão, e durante a sua fala, destacou o papel desempenhado pela mulher na sociedade moderna, homenageando-a sem distinção de raça, religião, profissão e condição social. O Presidente do TJ rendeu uma homenagem especial às mulheres que abraçaram a carreira jurídica, juízas, promotoras, procuradoras, defensoras, conciliadoras, advogadas e serventuárias, que com inteligência, amor ao trabalho e capacidade técnica, vêm se revelando excelentes profissionais no campo específico de cada uma das mesmas.

As mulheres, como é sabido, estão gradativamente ocupando o espaço que lhes é devido. Não gratuitamente, é certo, mas através de lutas e conquistas que se vem arrastando ao longo dos anos e que no momento atual se sedimentam de uma maneira mais rápida.

Mas, foi na palestra da Professora e Acadêmica, Núbia do Nascimento Marques, que o maior problema enfrentado pelo chamado sexo frágil nos dias de hoje, veio à tona: a violência contra a mulher. Ela disse que "é inadmissível a mulher chegar ao século XXI e ainda pensar que o estupro, por exemplo, ocorre por culpa da própria mulher, por causa da sua vestimenta ou coisa parecida", declarou.

As mulheres hoje são maioria no quadro funcional de primeiro grau do Tribunal de Justiça, representadas por 51%. Na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Sergipe, elas somam hoje 698, contra 1.130 homens.

No final da solenidade, o público teve acesso a uma exposição dos trabalhos executados pelas internas do presídio feminino da penitenciária de Aracaju, realizada na Sala de Casamentos e promovida pela Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania.



Presidenta do TJ, Núbia Marques com flores.



Exposição dos trabalhos executados pelas presidiárias.

Presidente do TJ recebe visita do comandante da PM

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Desembargador Epaminondas de Andrade Lima, recebeu no último dia 27 de fevereiro, em seu gabinete de trabalho, a visita do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Pedro Paulo, que se fazia acompanhar do também Coronel Guido Mendonça, assessor do TJ.

O comandante da PM aproveitou a oportunidade, para convidar o Desembargador Epaminondas Lima, a fim de participar das solenidades comemorativas dos 162 anos de existência da Polícia Militar do Estado de Sergipe. O Coronel Pedro Paulo, aproveitou a oportunidade, para fazer um breve relato de seus 2 anos de comando, evidenciado por realizações e fatos, que por certo contribuíram para que a PM cumprisse os objetivos e sua missão constitucional de proporcionar segurança pública, ostensiva à sociedade sergipana.

O Desembargador Epaminondas, por sua vez, se referiu às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Tribunal de Justiça nesse período de crise, mas disse que, "tudo fará para proporcionar maior celeridade da justiça, nas Varas da Capital e Comarcas do Interior do Estado".

Juízes param para debater problemas

O Dia de Mobilização Nacional pela Cidadania e Justiça, em Sergipe, reuniu dezenas de juízes federais, estaduais e trabalhistas, na sede da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 20ª Região, à rua Pacatuba, 193, em nossa capital. Na ocasião, foi debatida a estrutura do Judiciário, além da ameaça das reformas constitucionais as garantias conquistadas pelos juízes.

O objetivo do movimento, cujo slogan foi "Juízo Brasil! Cidadania só com Justiça", foi frear as reformas constitucionais em tramitação no Congresso Nacional, que na avaliação dos magistrados, visam o enfraquecimento do Judiciário, com a proposta de um órgão de controle externo do Poder.

Os juízes reclamam também, da sobrecarga de trabalho e dos salários pagos hoje à categoria, considerados aviltantes. No Brasil, existe um Juiz para cada grupo de 25 mil habitantes, enquanto que, na Alemanha, esse número cai para 4.000. Na Argentina, um país vizinho ao nosso, essa proporção desce para 12.000 habitantes por juiz.



Desembargador Epaminondas com os Coronéis Pedro Paulo e Guido Mendonça.

NESTA EDIÇÃO

TESOUREIROS DIGITAIS	2
A JUSTIÇA E O DEBATE INTELIGENTE	2
DIREITO À INTIMIDADE	2
A CIDADANIA	4
CONCELEBRAR QUEM IMPLANTOU DEUS JUSTIÇA	6
DES. ALÍPIO E O ENTREVISTADO DO MÊS	7

Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 10, página 1.

Figura 14: Impressão colorida melhora a estética do periódico



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 10, página 8.

Mudanças mais radicais começam a aparecer, a exemplo da modificação da logomarca JUDICIARIUM, que, até então, era azul e sem sombreado. Na edição nº 11, de abril de 1997, o nome do periódico sofre alteração na cor da fonte, passando a ficar amarelo com sombras pretas, imitando a cor dourada. Os sombreados dão o contraste e mais profundidade à logomarca, promovendo um efeito em três dimensões (3D).

Figura 15: Efeito metalizado na logomarca dá mais sofisticação à publicação.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM nº 11, página 1.

Bem aceito, o periódico segue ampliando seus horizontes e chega à tiragem de 1.500 exemplares na edição de número 15. É também a partir desta publicação que é criada a seção "Carta do Leitor", dando oportunidade ao público receptor das informações de opinar acerca do periódico. O Judiciarium também passa a divulgar serviços para a comunidade sergipana, a exemplo do "Disk-Processo/Disk-Justiça", e da "Justiça Volante", com os números telefônicos de contato.

Tais ações demonstram que o Poder Judiciário buscava modernizar-se e promover um serviço de utilidade pública, ao tempo em que sempre tinha uma preocupação em inovar, melhorar tecnicamente o periódico.

Figura 16: Carta do Leitor e serviços disponíveis para o público.

Genie Participa

Carta do Leitor

Mário Cabral

Acabo de receber o último número do jornal *Judiciarium*, órgão do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. A parte as vezes que me são tecidas pela bondade de Ferreira Lima, velho e dileto amigo, o jornal vale por si mesmo: bem pensado, bem escrito, bem impresso, legítimo representante de um poder do Público, no início da minha carreira. *Judiciarium* não contém aquele velho ranço de outros congêneres — a chaticice, o hemetismo, o dura lex sed lex.

É um jornal aberto, fácil de ler e de compreender, seja pelo seu aspecto formal ou seja pela matéria que faz da Justiça uma coisa humanizada, sem prejuízo da sua defesa e da sua importância social.

Vejo e sinto as notas e sueltos bem lançados, onde, sem dúvida, o texto se adapta à imagem, ao flagrante, ao colando vivo do interesse público.

Assim os artigos de Ferreira Lima, de Nelson Machado, de Gilton Batista Brito, de José Rollemberg Leite Neto, mas sem esquecer as palavras de Ronaldo, os versos de Cléia Brandão e o comentário de Leonardo Alencar.

É de ressaltar, também, a entrevista do Dr. João Guilherme de Carvalho, de premente atualidade.

Como se observa um jornal múltiplo, jurídico e literário, integrado à sociedade sergipana que o lê e aplaude. Em destaque, na primeira página, uma justa homenagem à Desembargadora Clara Leite de Rezende, a quem tanto admiro. E a quem tanto deve o Poder Judiciário sergipano: pelo seu talento, correção e dignidade à frente do egrégio Tribunal de Justiça.

Admiro o jornal *Judiciarium* mas não fiquei surpreendido, pois tudo que vem de Sergipe é bem feito, com alma e coração.

Fico orgulhoso de ver o Palácio da Justiça, e, agora, o Fórum Gumersindo Bessa. E muito seria a missão de julgar. Uge, assim, torná-la compatível com um ambiente de paz, conforto e serenidade. Parece-me que, no Estado de Sergipe, as coisas fluem na direção desejada, à bem do povo e da verdade. Parabéns, assim, aos que fazem e realizam o *Judiciarium*. Um brilhante esforço. Um modelo a seguir. Uma nova bandeira a tremular.

Mário Cabral é comendador, jurista e escritor

DISK PROCESSO
DISK JUSTIÇA
800-0008

Publicações oficiais do Tribunal de Justiça

Revista do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Esta publicação semestral é um instrumento de trabalho, que serve, ao mesmo tempo, tanto para estudo, como para a aplicação do Direito. Seu conteúdo aborda doutrina, jurisprudência (Tribunal Pleno, Câmara Civil e Câmara Criminal) e legislação.

Os interessados poderão adquirir as publicações no seguinte endereço:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
BIBLIOTECA CENTRAL DES. GERVÁSIO PRATA
Pça. Fausto Cardoso, 112
8º andar - Centro
Telefax: (079) 222-8872

Boletim Jurídico
É uma publicação trimestral, que traz em seu conteúdo ementários das decisões do Tribunal Pleno, Câmara Civil e Câmara Criminal.

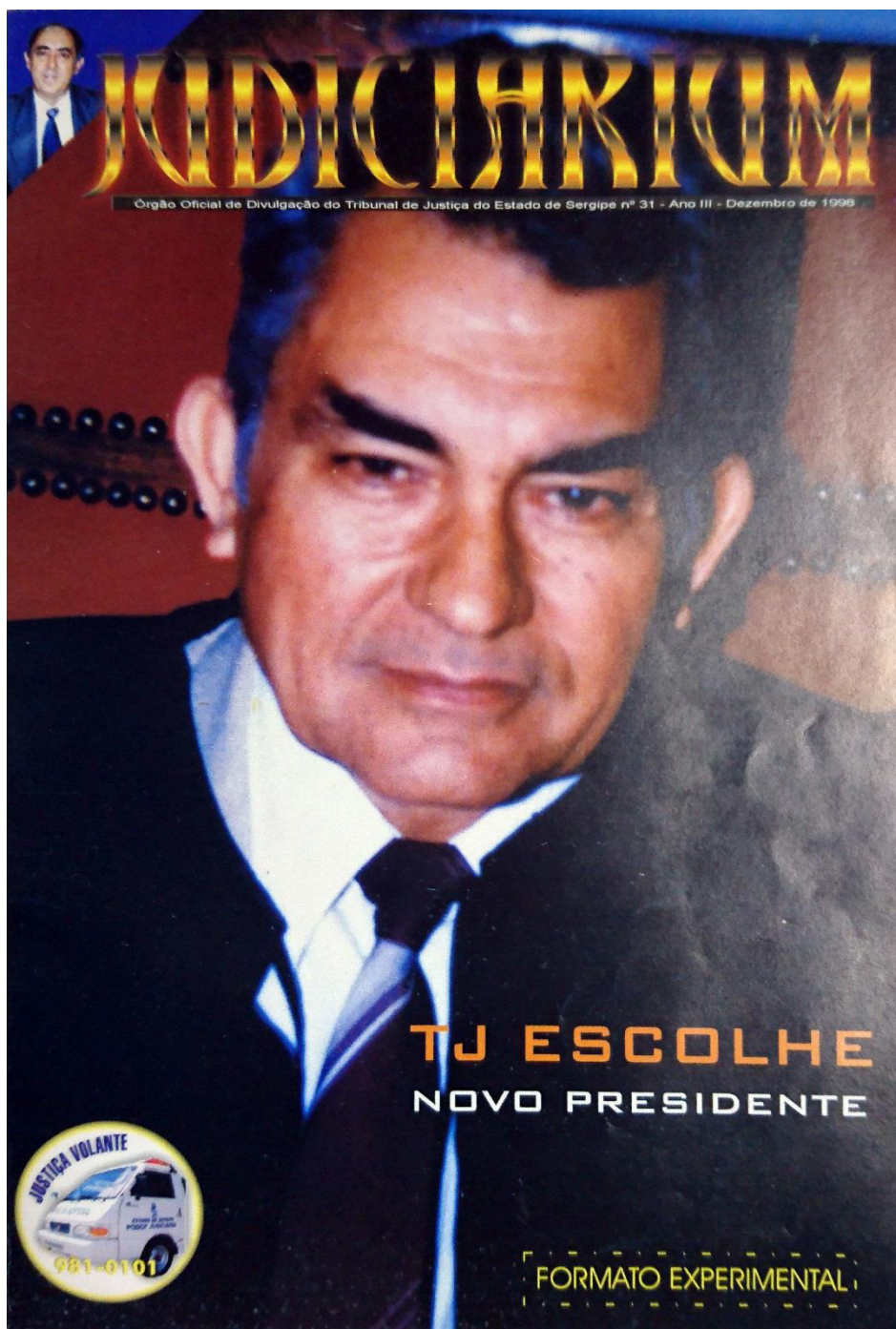
Fonte: REVISTA JUDICIARIUM, nº 15, página 8.

Dessa forma, da primeira à trigésima primeira edição, recorte definido por esta análise, observa-se um processo de amadurecimento permanente não só quanto ao conteúdo, mas principalmente no que se refere à materialidade do periódico. Editorias novas, divulgação de serviços e padronização das editorias, diagramação e estabilidade na utilização de imagens (fotografias e ilustrações) foram a tônica da equipe do *Judiciarium*.

A publicação surgiu simples (com quatro páginas, passando a dez e 12), porém equilibrada, agradável visualmente, e demonstrou um movimento evolutivo que só aprimorou o produto que era entregue ao leitor do TJSE. Apesar de ser criado como órgão de divulgação oficial do TJSE, a *Judiciarium* era confundida com jornal, mas apresentava, desde sua criação, característica de revista, já que não se

prendia a notícias apenas. As seções “Cultura e Lazer” e “Gente que Participa do Poder Judiciário” são prova dessa diversificação informativa. Sem falar nos artigos de cunho cultural, como por exemplo, “Minotauro e Teseu”, já no primeiro número. Abaixo pode-se evidenciar a evolução e o início de um novo ciclo, a Judiciarium nº

Figura 17: Capa da Judiciarium em formato experimental de revista.



Fonte: REVISTA JUDICIARIUM, nº 31, capa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os periódicos para além de difusores de informação, constituem-se fonte de pesquisa, sob diversas óticas. Uma delas diz respeito ao estudo da materialidade dos documentos textuais. Dessa maneira, somente observando-se cuidadosamente os aspectos que envolvem a materialidade de um periódico é possível depreender

detalhes que permanecem implícitos para um leitor mais apressado. Dados do suporte material (como papel, fonte, cor, diagramação, fio-data, foto, título, etc.) informam tanto quanto um texto com uma bela ilustração. Assim, é nas entrelinhas do processo que o criou e no seu aprimoramento a cada edição, que se percebe o desenvolvimento de um determinado periódico.

Por tal razão, nos estudos acerca da materialidade dos impressos, o interesse recai nas condições materiais e de produção desse documento, o que, no entanto, não inviabiliza o levantamento de outros aspectos relativos a circulação da informação. Assim, a materialidade se manifesta nas condições técnicas vigentes em cada momento de produção e possui sem dúvida, uma intencionalidade que no geral está ligada a função social a qual o periódico se destina.

Nessa pesquisa, o interesse acerca da materialidade recaiu sob a Revista Judiciarium do Tribunal de Justiça do estado de Sergipe. Diante do banco de dados criado no decorrer da pesquisa, foi-se capaz de apreender o aspecto material da Revista Judiciarium em sua primeira fase. Ao examinar as fontes, percebe-se uma certa dubiedade no suporte, uma vez que alguns o confundiam com jornal, por não ter muitas cores, ser pequeno e com poucas editoriais. Mas, vê-se que, desde o início da publicação, os aspectos do suporte revista são preponderantes. Nesse caminho, embora, em um segundo plano, foi igualmente possível compreender mesmo que de forma ainda não totalmente aprofundada, como um periódico reflete os objetivos de quem o criou. E com isso perceber a relação materialidade e objetivos editoriais.

Dessa forma, viu-se que desde a primeira edição, embora ainda bastante rudimentar em relação aos aspectos técnicos, a revista se configurou equilibrada em se tratando de diagramação, fontes, uso das cores, em geral preto e azul (que predomina nos impressos institucionais). Ao se examinar a amostra entende-se que houve uma incessante busca para alcançar padrões de excelência no ramo jornalístico, visando não somente o conteúdo, mas também os aspectos visuais e de suporte.

Mas é preciso lembrar ainda, que a materialidade está diretamente relacionada com objetivo do impresso e de quem o produz. O arcabouço técnico possui ligação com o tipo de informação que se deseja noticiar, bem como, com a forma de realizar tal comunicação.

No caso da *Judiciarium* vê-se que, mesmo em seus primórdios, prezou por letras que transmitissem segurança, equilíbrio, calma, poder. Diagramação equilibrada, forte concepção de cultura erudita, destaque aos seus magistrados e servidores, prestação de serviços de utilidade pública. Ou seja, parâmetros mais que aceitáveis para um veículo de difusão da informação proveniente do Poder Judiciário. A mensagem a ser transmitida precisa ser levemente formal, mas transmitir confiança e uma empatia, externa e internamente ao órgão.

Por tal razão, ganhou espaço e notoriedade. O fato de se constituir órgão de comunicação do Poder Judiciário mostra que o periódico estudado está ligado a um extrato social privilegiado socialmente. A profissão de advogado e os cargos a ela ligados, são ambicionados por muitos. O fato de incluir os servidores e abrir cada vez mais espaço para homenageá-los e difundir sua função no órgão, também contribuiu para o aumento da demanda por esse periódico.

A pouca mudança de fonte, o uso de cor nos títulos, do negrito, do sombreado, de ilustrações e de fotografias, por exemplo, demonstra equilíbrio, que a equipe esteve atenta (desde o primeiro momento), e segura na seleção dos elementos usados em outros periódicos institucionais de igual teor, ao tempo em que se foi experimentando possibilidades com discrição, mas, acima de tudo, pensando e repensando como aprimorar o visual da publicação, sem fugir demasiadamente do seu projeto filosófico de sobriedade.

As edições aqui analisadas (nº 1 a nº 31) que correspondem ao período temporal de 1996-1998, mantiveram o equilíbrio estético entre o conteúdo do texto e a diagramação das páginas, mesmo sujeitas a constantes mudanças, sobretudo, na constante criação de editorias. A organização harmoniosa entre estes e outros elementos - fotografias, manchetes, títulos, fios-data, traços, espaços em branco, tabelas, fontes, tamanhos de fonte etc. - contribuíram para a harmonização e legibilidade das páginas e para a consolidação do periódico, o que se reflete na sua aceitação pelo público leitor, pelo crescimento da tiragem e pela atual distribuição para todos os Tribunais de Justiça e demais órgãos jurídicos do país.

O texto da *Revista Judiciarium* mantém a constante de ser escrito por variadas mãos. Os magistrados destacam-se em número de publicações. A equipe de jornalismo dedica-se para além de rodar o jornal, com as entrevistas veiculadas nos números publicados.

Por fim, é importante colocar que tão importante quanto o conteúdo dos textos, são o suporte e os diferentes aspectos que caracterizam uma determinada publicação como objeto impresso. Tais peculiaridades, longe de aleatórias, são pensadas, construídas de acordo com objetivo que se pretende alcançar. Em uma instituição, seja ela pública ou privada, não é diferente. Dessa forma, vê-se que o estudo da materialidade aborda questões técnicas como um aspecto a se somar nos estudos acerca de periódicos, como forma de dar a perceber aquilo que está implícito, mas não é notado.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Íria Catarina Queiroz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. **A história das revistas no Brasil**: um olhar sobre o segmentado mercado editorial.

Unisinos/Unisul-BR. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>. Acesso em 4 mar. 2017.

BARBOSA, Andréia Arruda. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. Trabalho apresentado. **Anais...** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. p. 1-20.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

BULAWSKI, Fabiane Maldaner. **Jornalismo visual e infografia**: uma análise das revistas de informação Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

CÂMARA, Bira. **O nascimento da imprensa**. 2009. Site Jornalivros - Literatura e Bibliofilia. Disponível em: <<http://jornalivros.com.br/2009/08/o-nascimento-da-imprensa/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CRUZ, Janaina. Revista Judicarium chega à centésima edição. **Revista Judicarium**. 100. ed. Aracaju, Padrão Gráfica Editora, 2016, p. 24-35.

DONDIS, Donis. **A sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FRAGA, Andréa Silva de. **O estudo e sua materialidade**: revista das alunas-mestras da escola complementar/normal de Porto Alegre/RS (1922-1931). Hist. Educ. [online]. 2013, vol.17, n.40, pp.69-97. ISSN 2236-3459. <http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592013000200005>.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUDICIARIUM. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, n. 1, abr. 1996. Mensal. p 1.

JUDICIARIUM. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, n. 10, mar. 1997. Mensal. p. 1.

JUDICIARIUM. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, n. 15, ago. 1997. Mensal. p. 1.

JUDICIARIUM. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, n. 15, ago. 1997. Mensal. p. 8.

JUDICIARIUM. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, n. 29, out. 1998. Mensal. p. 10.

JUDICIARIUM. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, n. 31, dez. 1998. Mensal. p. 3.

JUDICIARIUM. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, n. 31, dez. 1998. Mensal. p. 1.

LE COADIC, Yves-Francois. **A ciência da informação.** 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LION, Samir Elias Kalil.; MIRANDA, Zeny Duarte de. Poder e informação: nexos e causalidades para o espaço organizacional. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 16, 2015. GT Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. **Anais...** João Pessoa: PB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2948/980>. Acesso em 20 jul. 2017.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas:** história dos, nos e por meio dos periódicos. Disponível em: <https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/08/pinsky-carla-fontes-histc3b3ricas.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

LYONS, Martin. **Livro uma história viva.** São Paulo: SENAC, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Patricia Bandeira de. **Um passeio pela história da Imprensa:** O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. 2005. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/artigo_passeio_historia_imprensa.pdf. Acesso em 28 fev. 2017.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Tradução de Camila Mariana A. da Silva. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.3, p.240-253, jul./set. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2891>. Acesso em 29 jul 2017.

MICHEL, Margareth de Oliveira; MICHEL, Jerusa de Oliveira. Revistas institucionais e as customizadas: a identidade e a marca na comunicação organizacional. **Intercom – XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Recife, 2011.

MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras: informação e entretenimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., 2011, Guarapuava. GT de História da Mídia Impressa, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia. **Anais...** Guarapuava: Unicentro, 2011. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011->

1/artigos/Historia%20das%20Revistas%20brasileiras%202013%20informacao%20e%20entretenimento.pdf/view. Acesso em 20 fev. 2017.

POÇAS, Maria Teresa de Carvalho. **Design editorial – Revistas, capas e discursos**: um estudo das revistas Veja, IstoÉ, Carta Capital e Época. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Programa de Pós-graduação - Mestrado em Design, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

REDAÇÃO MUNDO ESTRANHO (Ed.). **Como surgiram as revistas?** 2011. Atualizado em 19 ago 2016. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/como-surgiram-as-revistas/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil**. 2015. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comum. Vol. 38, n. 2. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442015000200275&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2017.

SALDANHA, Olavo. **Os Primeiros Jornais do Brasil**. 2011. Site Imagens e Letras - Diversidade Cultural. Disponível em: <<https://olavosaldanha.wordpress.com/os-primeiros-jornas-do-brasil/>>. Acesso em: 04 maio 2017.

SANCHEZ, Adanian Michele; SANTOS, Vanessa Matos. O desenvolvimento de uma revista institucional como estratégia de comunicação organizacional. **Intercom – XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2001.

SANTANA, Glêyse Santos. **O método de pesquisa**. São Cristóvão: Slides, 2014. 65 slides, color, 21cm x 29,7cm.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 112 p.

SERVIÇO À PASTORAL DA COMUNICAÇÃO. **Jornal impresso**: da forma ao discurso (laboratório). São Paulo, Paulinas, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003.

SOUZA, Cesar Roberto Gonçalves. **Conceitos e critérios para avaliação de obras raras da biblioteca Ministro Oscar Saraiva**. Brasília: UnB, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/8624>. Acesso em: 28 jul 2017.

TOSSERI, Olivier. **Gutenberg não inventou a imprensa**. s/d. UOL - História Viva. Disponível em:

<www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/gutenberg_inventou_a_imprensa_imprimir.htm
l>. Acesso em: 25 fev. 2017.

Apêndice

Judiciarium	Edição 1	Edição 2
Páginas	4	8
Papel	Jornal com gramatura entre 48g/m ² a 52g/m ²	Jornal com gramatura entre 48g/m ² a 52g/m ²
Formato	28cm x 41cm	28cm x 41cm
Periodicidade	Mensal	Mensal
Cores	Preta e azul. Normalmente, a cor preta é usada nas fontes dos textos e o azul em fundo de quadros com texto e em ilustrações.	Preta e azul. Normalmente, a cor preta é usada nas fontes dos textos e o azul em fundo de quadros com texto e em ilustrações.
Tiragem	300	500
Página 1 Capa	<p>No cabeçalho, há o título Judiciarium (em caixa alta), centralizado no topo da página, na cor azul. Seguido do fio-data, ou seja, um faixa estreita, em azul, contendo a seguinte informação: Ano I N° 1 ABRIL DE 1996.</p> <p>Texto 1</p> <p>Logo abaixo está a manchete ‘Desembargador Luiz Rabelo Leite’ em caixa alta e sombreada. Texto/artigo assinado pelo Desembargador aposentado Antonio Vieira Barreto – Distribuído em quatro colunas, ocupando cerca de 2/3 da página. Ilustra o texto uma fotografia do Desembargador</p>	<p>No cabeçalho, há o título Judiciarium (em caixa alta), centralizado no topo da página, na cor azul. Seguido do fio-data, ou seja, um faixa estreita, em azul, contendo a seguinte informação: Ano I N° 2 JUNHO DE 1996.</p> <p>Do lado esquerdo do título/logomarca aparece a chamada para a matéria/artigo ‘A Internet e o Direito. Do lado direito da logomarca, há a chamada para o Editorial.</p> <p>Texto 1</p> <p>A manchete da página é para a matéria intitulada ‘Qualidade total – Filosofia ideal de Gestão</p>

	<p>Luiz Rabelo Leite no centro da página. Este texto refere-se à aposentadoria do referido desembargador.</p> <p>Texto 2</p> <p>Na sequência, tem-se mais um texto assinado pela Desembargadora Clara Leite de Rezende e que tem como título 'É tempo de comunicação'. Também com teor de artigo, distribuído em duas colunas, ocupando cerca de 1/3 da página, com fundo azul. O texto trata do recém-criado jornal como veículo de comunicação do Poder Judiciário.</p>	<p>Administrativa'. No centro da matéria há uma ilustração de autoria de Antonio Campos (um dos responsáveis pela editoração eletrônica do periódico).</p> <p>Texto 2</p> <p>Logo abaixo, separado por um fio azul, está um texto da Professora Aglaé Fontes sobre 'Festas Juninas. O texto foi extraído do Livro São João é Coisa Nossa, da Secretaria de Estado da Cultura. Há também uma ilustração em azul de um nordestino de autoria de Antonio Campos.</p> <p>Ao lado do texto anterior, à direita, tem-se, dentro de um quadro em azul, o sumário dos principais textos, artigos e matérias da edição. Esta é mais uma novidade implementada na edição 2 do então jornal Judiciarium.</p>
Página 2	<p>Texto 1</p> <p>Com o título 'Enfoque', mas sem assinatura, o que o faz ter status de editorial, este texto relata a criação do periódico Judiciarium.</p> <p>Texto 2</p> <p>Intitulado 'Escola Superior de Magistratura de Sergipe', e assinado pelo Magistrado José Anselmo de Oliveira, o texto/artigo refere-se ao papel da Escola Superior na formação e aperfeiçoamento dos magistrados de Sergipe.</p> <p>Texto 3</p>	<p>Texto 1</p> <p>Na página 2, à esquerda, e distribuído em duas colunas, tem-se o Editorial, assinado pela então Presidenta do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargadora Clara Leite de Rezende, e que traz o tema do papel do Judiciário e seus desafios. No texto há um 'olho', ou seja, um pequeno quadro com uma frase da autora entre aspas, no centro do editorial.</p> <p>Logo abaixo deste, está o Expediente, com uma caixa azul como fundo do texto.</p> <p>Texto 2</p>

	<p>O então Juiz de Direito Netônio Bezerra Machado escreve sobre as figuras da mitologia grega Minotauro e Teseu.</p> <p>Expediente</p> <p>O quadro do expediente traz o título Judiciarium em caixa alta e logo abaixo a descrição do periódico como 'Órgão de divulgação interna do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe'. Na sequência, traz a composição do tribunal pleno da época e dos profissionais responsáveis pela confecção do jornal.</p>	<p>Ao lado direito, está o texto 'A Internet e o Direito', assinado pela Juíza de Direito de São Paulo, Fernanda de A. Pernambuco Moron. Entre as duas longas colunas do texto, há uma ilustração em azul e preto sobre a internet.</p>
Página 3	<p>Texto 1</p> <p>Na metade esquerda, topo da página 3, há o título 'Poesias': Matinas, de autoria do Desembargador Aloísio de Abreu, e Vida, do Juiz de Direito Anselmo Oliveira. Na parte inferior, há também um quadro com o título 'Anedotário', e que contém, como o próprio nome diz, uma anedota de cunho jurídico. Nesta metade da página, há também uma ilustração em preto e azul (estrelas e uma estrada).</p> <p>Texto 2</p> <p>Na metade direita da página, há um artigo intitulado 'Referencial do processo de mudanças – Uma tentativa de adequação de nossas necessidades ao pensamento dos pioneiros na técnica de qualidade', de autoria do então Assessor de Planejamento Fernando Sampaio Leite. O texto ocupa duas colunas, do topo à base.</p>	<p>Novidade - Editoria 'Conversando com a Justiça'</p> <p>Texto 1</p> <p>Na página três, há a criação da editoria 'Conversando com a Justiça', que traz o artigo do então Juiz de Direito Netônio Bezerra Machado sobre os 'Juizados Especiais Cíveis – Limite do valor da causa-competência'. Há também uma ilustração em azul no centro da página representando a figura de um juiz.</p>

<p>Página 4</p>	<p>Texto 1</p> <p>‘Homenagem ao Des. Luiz Rabelo Leite’, não assinado.</p> <p>Texto 2</p> <p>‘Distribuir Justiça’, de autoria de José Amado do Nascimento. Esta segundo texto também presta homenagem do referido desembargador.</p>	<p>Novidade - Editoria ‘Conversando com a Justiça’</p> <p>Texto 1</p> <p>Artigo do advogado tributarista e professor universitário, Ives Gandra de Silva Martins, intitulado ‘Justiça nem cara, nem ruim’. Texto ocupa a metade superior da página, há um quadro com uma frase do autor em preto.</p> <p>Texto 2</p> <p>Artigo do Juiz de Direito José Anselmo de Oliveira, com o título ‘Poder Judiciário e a Imprensa’. Há uma ilustração em azul.</p>
<p>Página 5</p>	<p>-</p>	<p>Novidade - Editoria ‘Por Dentro do Judiciário’</p> <p>Texto 1</p> <p>Há três textos que compõem a editoria ‘Por Dentro do Judiciário’: o primeiro fala sobre o Serviço Social.</p> <p>Texto 2</p> <p>O segundo dos Recursos Humanos.</p> <p>Texto 3</p> <p>O terceiro do Arquivo Judiciário. Todos os três possuem ilustrações em preto e branco e em azul.</p>
<p>Página 6</p>	<p>-</p>	<p>Inexistente. Esta página não consta do acervo pesquisado.</p>

Página 7	<p>-</p>	<p>Novidade - Editoria 'Entrevista'</p> <p>Aqui há uma entrevista de página inteira com a então Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Desembargadora Clara Leite de Rezende. A entrevista foi concedida ao jornalista Victor Amaral. Há uma foto em preto e branco da entrevistada na parte superior das colunas 2 e 3. Há também uma ilustração (três microfones em preto, branco e azul) no canto superior esquerdo da página.</p>
Página 8	<p>-</p>	<p>Novidade - Editoria 'Cultura & Lazer'</p> <p>A página oito traz a editoria Cultura & Lazer (escrito em azul). Há uma observação informando que 'As curiosidades e os jogos foram extraídos da revista Superinteressante nas edições nº 10 e 11 (de 1995)'. Além das curiosidades, há causos, poemas, joguinhos e charadas distribuídos aleatoriamente, porém de forma harmoniosa, pela página. Há também fotografias, imagens e ilustrações em preto. No rodapé da página, há uma observação de que as respostas para as charadas virão na edição seguinte.</p>